

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 9 n. 1 abril 1981

*Conselho
internacional
de arquivos*

*Relatório
e prestação de
contas da AAB*

70370 Clas. PER
Arquivo & Administração
n. 1
/abr. 1981

00

R. 40340

Eis que de repente, terminamos o mandato. Foram dois anos de muita luta, ideal e força de vontade, mas, felizmente, valiosos passos foram dados na longa e às vezes áspera caminhada.

Esperávamos mais, mas em todas as trilhas existem obstáculos. Alguns conseguimos transpor, outros ficaram no caminho que será traçado por nossos sucessores.

O 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, com cerca de 700 participantes, foi o ponto alto de 1979. Inscreveram-se inúmeros arquivistas e profissionais da área de Documentação e Informação e participaram representantes de arquivos de todos os Estados, inclusive um Território. O êxito do evento foi o resultado da dedicação de um grupo à tarefa constante e meticulosa da programação em seus mínimos detalhes.

Outro excelente trabalho foi a publicação dos Anais dos 1º e 3º Congressos de Arquivologia. A seus realizadores, os aplausos e agradecimento. Também já podemos anunciar a conclusão da primeira fase dos Anais do 4º CBA.

Com o DASP demos um passo à frente para a conquista definitiva da criação dos cargos de arquivista e de técnico de Arquivo no Serviço Público Federal. Dependemos apenas do Plano de Classificação de Cargos que ainda está em estudos na Fundação Getúlio Vargas.

Quanto à criação dos Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia, já elaboramos o anteprojeto de lei, restando apenas o pronunciamento do Ministério do Trabalho para ser encaminhado ao Congresso.

Os cursos que realizamos despertaram o mais vivo interesse e assim pudemos dar continuidade à missão de pugnar sempre pelo aperfeiçoamento do profissional de arquivos, cumprindo com fidelidade os princípios regimentais da AAB.

Técnicos estrangeiros aqui vieram e nos deixaram experiências valiosas de países que há mais tempo se dedicam às lides arquivísticas.

As universidades continuam a formar arquivistas e o Governo do Estado do Rio de Janeiro já se prepara para implantar o ensino profissionalizante com cursos para formação de técnicos de arquivo. Conseguimos, ainda, motivar o Conselho Estadual de Educação que, por intermédio da Câmara de Ensino de 2º Grau, concordou com a inclusão nos programas dos colégios oficiais da habilitação de técnico de arquivo.

Assim, breve os arquivos poderão ter em seus quadros de pessoal dirigentes formados com auxiliares aptos à execução das tarefas arquivísticas, luta árdua que a AAB trava desde a sua criação em 20 de outubro de 1971.

Essa foi a missão que recebemos, demos continuidade e entregaremos a nossos sucessores que, este ano, terão também a alegria dos festejos do primeiro decênio da AAB.

Dez longos e trabalhosos anos já se passaram. Felizmente sentimos que problemas que antes pareciam um sonho tornaram-se realidade, graças aos esforços conjuntos de todo um grupo coeso de idealistas que vem aumentando dia a dia.

Com essa mensagem esperamos que em todo o Brasil, de Norte a Sul, onde houver um arquivo e um profissional entusiasmado e dedicado, em 1981 se prepare uma programação comemorativa e ponha nela todo amor e incentivo.

Vamos portanto festejar, e aqui vão sugestões como seminários, reuniões, exposições de documentos, programas de rádio e TV ou cartazes alusivos à data.

Para 1982 já está programado o 5º CBA, na semana de 17 a 22 de outubro. O tema geral escolhido enfoca "Os Arquivos na realidade brasileira".

Finalizando, agradecemos a todos os membros da diretoria. Ao vice-presidente, às primeira e segunda secretárias, Maria Amélia Gomes Leite e Maria de Fátima Vieira Lopes, sempre atentas aos seus trabalhos; às primeira e segunda tesoureiras, Norma Viegas de Barros e Aurora Ferraz Frazão, que acompanhadas do contador, Almir Machado, mantiveram em dia os trabalhos financeiros; ao Conselho Deliberativo sob a presidência do prof. José Pedro Esposel e ao Conselho Fiscal; ao pessoal da Secretaria, Laura de Oliveira Guedes e Laerte da Costa Moraes, comandados por Clotilde Marques; a Maria de Lourdes da Costa e Souza que, com sua experiência, orientou os trabalhos técnicos junto às instituições que nos procuraram; ao grupo que produz a revista sob o comando de Marilena Leite Paes; à amiga conselheira Helena Corrêa Machado que com serenidade sempre nos atende nas horas difíceis; aos responsáveis pelos Núcleos que, em seus Estados, divulgam as lides da AAB; ao Arquivo Nacional e à Fundação Getúlio Vargas que nos atendem e acolhem em suas dependências. Muitos são os amigos. A todos o nosso abraço.

A nova diretoria que chega sob o comando da arquivista Lia Temporal Malcher, os nossos votos de felicidade, sucesso em seus trabalhos e a promessa de estarmos presentes em todas as ocasiões em que formos convocados, dando muito da experiência adquirida nos dois anos em que dirigimos a Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Regina Alves Vieira

Revista quadrimestral de divulgação da
Associação dos Arquivistas Brasileiros

Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposel
Maria de la E. de Espanha Santos
Maria Luíza S. Dannemann

Redatora-Chefe

Marilena Leite Paes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Editores

Edições Achiamé Ltda.
Rua da Lapa, 180/gr. 1205-6
Tel.: 222-0222
Rio de Janeiro - RJ

Composição

Linolivre S/C Composições Gráficas

Impressão

Ebano Gráfica e Editora Ltda.

Editorial 1

Estudos

Proposta de classificação de
arquivos curiais 3

CPDOC — Fontes primárias
condicionam formato
institucional 4

Resenha bibliográfica

Bibliografia da história da
Igreja no Brasil, referente às
obras editadas em 1978 8

Entrevista

Homenagem a Almirante 9

Desburocratização

Os caminhos da desburocratização 11

Várias

Curso de graduação
em arquivologia da
Universidade Federal Fluminense 12
Ajuda externa 15

Conselho Internacional
de Arquivos 16

Informe 18

Relatório e prestação de contas
da AAB 34

Crônica

O espaço profissional do
arquivista 40

**ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS
BRASILEIROS**

Diretoria 1979-81

Presidente

Regina Alves Vieira

Vice-Presidente

Rômulo Brügger Roland

1º Secretário

Maria Amélia Gomes Leite

2º Secretário

Maria de Fátima Vieira Lopes

1º Tesoureiro

Norma Viegas de Barros

2º Tesoureiro

Aurora Ferraz Frazão

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro

Gilda Nunes Pinto

Helena Corrêa Machado

José Pedro Pinto Esposel

Maria Luíza S. Dannemann

Marilena Leite Paes

Myrthes da Silva Ferreira

Raul do Rego Lima

Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos

Jaime Antunes da Silva

Janine Resnikoff Diamante

Maria Amélia Porto Migueis

Martha Maria Gonçalves

Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz

Fernando Salinas

Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira

de Almeida

Marilúcia Ribeiro da Silva

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186, sala B-217
22253 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 551-0748

Preços de assinaturas
Sócios da AAB distribuição gratuita
Não-Sócios Cr\$ 120,00

Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 50,00

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Nous desirons échange
We are interest in exchange

Os artigos assinados são
de inteira responsabilidade dos
respectivos autores e não
expressam necessariamente
o pensamento da Associação
dos Arquivistas Brasileiros ou
dos redatores de
Arquivo & Administração.
Permitida a reprodução de
artigos desde que seja
observada a ética autoral que
determina a indicação
da fonte.

Arquivo & Administração v. 1- n. 0 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28 cm quadrimestral.
Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.
1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o nº 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v. 9	n. 1	p. 1-40	jan./abr. 1981
-------------	----------------	------	------	---------	----------------

Proposta de Classificação de Arquivos Curiais*

Jamil Abib**

1. Introdução; 2. Esquema de Classificação

Resumo

O Centro de Pesquisas e Estudos para a História da Igreja no Brasil — CEPEHIB — interessando-se por ter um cadastro de referência dos arquivos da Igreja, inicialmente do Estado de São Paulo, propõe a ordenação dos arquivos das cúrias diocesanas, por meio da organização rápida e simples do material existente, conforme critérios de origem, natureza e cronologia dos documentos. Oferece também, assessoria, inclusive por correspondência.

1. Introdução

A planificação e o desenvolvimento do trabalho administrativo e pastoral dependem da informação que, por sua vez, provém da documentação. Os arquivos entendidos como meros receptores de documentos, são reduzidos, erroneamente, a órgãos passivos.

Ainda que a arquivística esteja em fase de consolidação de conceitos e práticas, já se impõe como ciência, a serviço da informação. O arquivo, hoje, é instrumental de planejamento e subsídio indispensável na preservação da identidade das instituições e da sociedade.

* Compilado do *Boletim do CEPEHIB*, São Paulo, 1(1):9-11, jan. 1979.

** Pároco da Matriz de Rio Claro (SP). Um dos fundadores do CEPEHIB.

Comumente, os arquivos curiais se ressentem de uma ordenação que obedecê a um critério objetivo e uniforme para todos os documentos, dificultando a sua utilização e que leva em conta, apenas, sua função "cartorial", preocupando-se quase só, com os registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, mercê de sua utilidade para as constantes certidões.

A perplexidade diante da arrumação não provém, tanto, da falta de agentes para o trabalho ou da quantidade do acervo, como, sobretudo, da falta de orientação perante um material tão complexo.

As diversas disposições do Concílio Plenário Brasileiro, do Concílio Latino-Americano, Código de Direito Canônico, das Pastorais Coletivas de 1911 e 1915, insistem na guarda e segurança dos documentos, abstendo-se, porém, de determinar normas objetivas para a sua ordenação.

A médio e longo prazos, o volume do acervo acumulado passa a ser um estorvo, pela impossibilidade de avaliar o que foi recolhido, mantendo-o sob controle, bem como, pela dificuldade de usá-lo, dinamicamente, como fonte de informações. Como agravante, os critérios subjetivos de arrumação não conseguem continuidade na sucessão dos responsáveis pelo seu gerenciamento. Aos poucos, o arquivo torna-se um depósito de material precioso, mas, incapaz de atingir os seus verdadeiros objetivos.

Despretenciosamente, o CEPEHIB propõe um esquema de classificação para o arranjo, proporcionando condições para a elaboração de inventários, fichamentos e catalogação.

nando condições para a elaboração de inventários, fichamentos e catalogação.

2. Esquema de Classificação

1.ª Seção — Da Câmara Eclesiástica

1. *Livros*: Protocolo; Tombo Diocesano; Registro de Inventário e Patrimônios; Registro de Cartas Pastorais; Registro de Termos de Visitas Pastorais; Registro de Ordens, Avisos, Circulares, Decretos e Mandamentos; Registro de Padres e Religiosos; Registro de Ordenações; Registro de Paróquias (Criações); outros.

2. *Processos*: Constituição de Capelas, Paróquias e Patrimônios; Ordenandos (Genere, Vita et Morigibus, Patrimonio); Aprovação de Estatutos; Benefícios, Provitamento e Dignidades (pleiteamento, concursos e colações); Disciplina dos Sacramentos (matrimônios, etc.); Disciplina Eclesiástica.

3. *Avulsos*: Bulário (documentos pontifícios); Nunciatura Apostólica (correspondência e documentos); Títulos Patrimoniais; Requerimentos Paroquiais; Correspondência (ativa e passiva); Cartas (dimissórias, comendatícias); Provisões; Estatísticas — Relatórios Quinquenais.

2.ª Seção — Dos Ordinários (Bispos, Vigários Gerais e Capitulares)

1. *Livros*: Anotações Pessoais; Escritos (diversos).

2. *Avulsos*: Correspondência (ativa e passiva); Documentos Pessoais.

3.ª Seção — Das Comarcas Eclesiásticas (Vigarrarias da Vara e Foranias)

1. *Livros*.
2. *Processos*.
3. *Avulsos*.

4.ª Seção — Das Paróquias, Curatos e Capelas

1. *Livros*: Registro de Batizados; Registro de Óbitos; Registro de Casamentos; Registro de Crismas; Registro de Inventários e Patrimônios; Tombos (Registro de Ordens e Termos de Visitas); Caixa; Conselhos Pastorais; Comissões e Obras.

2. *Processos*: Matrimoniais.

3. *Avulsos*: Correspondência (ativa e passiva); Provisões.

5.ª Seção — Das Irmandades e Associações

1. *Livros*: Atas (Sessões e Assembleias); Caixa; Registro de Irmãos e Associados; Registro de Patrimônios.

2. *Avulsos*: Estatutos; Correspondência (ativa e passiva); Provisões; Impressos (programas e diversos).

6.ª Seção — Dos Impressos Diocesanos (periódicos e publicações diversas)

Anuários, Poliantéas, Álbums, Boletins, Relatórios, Planos de Pastoral.

7.ª Seção — Da Iconografia
Fotos, etc.

8.ª Seção — Biblioteca de Apoio

Anuários, Boletins, Biografias, Obras de Referência, etc.

Outras Seções: Música, Rituais, etc.

Abstract

In order to build a reference register of Church archives, beginning with the State of São Paulo, the Center of Studies and Research on the History of the Church in Brazil proposes the ordering of archives of diocesan curiae through a simple, quick classification of existing material according to criteria such as origin, nature and time. Advice is offered as well, including by correspondence.

CPDOC - Fontes Primárias Condicionam Formato Institucional*

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco**
Célia Camargo de Simone***

1. Introdução; 2. Formato Institucional; 3. Conclusão.

Resumo

As instituições depositárias de documentos históricos, lidam basicamente com as formas de registro próprias da época em que foram produzidos. Em outros termos, trabalham com veículos ou instrumentos de informação existentes naquele momento. A partir do instante em que se considera um registro documental como a retenção deliberada de uma informação, torna-se inevitável admitir que o trabalho em documentação só pode ser plenamente desenvolvido se baseado nesse binômio: documentação/informação.

* Trabalho apresentado ao IV Congresso Brasileiro de Arquivologia, Segunda Sessão Plenária, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de outubro de 1979.

** Chefe do CPDOC.

*** Coordenadora do Setor de Documentação do CPDOC.

Nesse sentido, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC — implanta atualmente um novo formato, que inclui a própria concepção do trabalho em documentação e pesquisa em ciências sociais. A intenção é corresponder aos movimentos descritos e enquadrar-se na dinâmica da informação em nossos dias, não excluindo a própria reflexão sobre essa dinâmica.

1. Introdução

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, como entidade de classe, tem sido um dos veículos mais ágeis e persistentes (veja-se a regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo como uma de suas grandes vitórias), no sentido de conscientizar os profissionais da área para os problemas relativos à documentação, no país, e de levar propostas concretas de soluções aos poderes e instâncias competentes para torná-las aplicáveis e adequadas à realidade brasileira.

As idéias que apresentamos hoje, neste plenário, além da intenção de explicitar a adesão a essas batalhas da AAB, visam trazer para discussão e reflexão alguns temas que constituem preocupações ou dificuldades que julgamos básicas como subsídio para a definição e instalação de diretrizes e de uma política adequada e viável para os arquivos, no Brasil.

Com a elaboração do Programa Nacional de Cultura, em 1975, o governo brasileiro evidenciou uma forte preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, especialmente com os documentos históricos. Com a recente campanha, realizada através do Arquivo Nacional, no sentido de solicitar seu encaminhamento aos arquivos existentes nas cidades onde forem encontrados, a proposta de recuperação de nossa memória assumiu caráter de compromisso público.

Tal compromisso, no entanto, não pode ser compreendido como uma simples proposta de

recolhimento das evidências documentais que revelem nossa memória. Acreditamos que, juntamente com esta tarefa, devem estar presentes as preocupações de acondicionamento e espaço adequados, tratamento e divulgação de todo o material que possa dar conta de nossa história (inclusive a história presente), bem como o apoio à formação de pessoal especializado. Essa visão do problema, parece-nos, é partilhada por todos os profissionais das áreas de arquivo e documentação, aqui reunidos.

Não é possível deixar de encarar os arquivos como parte inerente a qualquer sistema nacional de informação. Nesse pressuposto reside a explicação e a própria razão da salvaguarda de documentos (históricos ou administrativos) para as preocupações governamentais relativos à recuperação de fontes. Como sabemos, o século XX registra um crescimento vertiginoso dos arquivos, principalmente aqueles de caráter público, uma vez que o Estado moderno, desde a sua formação, caracteriza-se pela multiplicação gradativa das áreas de sua interferência.

O momento em que vivemos, por sua vez, apresenta como um de seus suportes fundamentais a *informação*. Não será simples coincidência ou mero resultado isolado do desenvolvimento tecnológico o surgimento de equipamentos, altamente sofisticados (cuja produção é devidamente estimulada) para o acondicionamento e reprodução de documentos, bem como o progresso da tecnologia documental e das técnicas de processamento das informações contidas nos diversos suportes documentais. Aí está a Ciência da Informação, que não nos deixa sem razão. A realidade é que, hoje, o domínio e o monopólio da informação são uma nova forma de poder, de capital, que merece cada vez mais atenção e investimento.

Essas considerações gerais nos parecem importantes para que seja

possível delimitar o campo mais amplo onde estão circunscritos nossos principais problemas, na sua atuação, e onde, principalmente, estará a instância final de decisão das propostas de adequação, equacionamento ou solução desses mesmos problemas.

Se, de um lado, nossos interesses encontram respaldo nos próprios mecanismos de funcionamento da sociedade contemporânea, no que se refere à salvaguarda, manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação da informação, de outro, é necessário atentar para os interesses específicos da área e de seus profissionais (que, na maioria das vezes, não são levados em conta pelos grupos decisórios) que, antes de tudo, são regulados pela consciência do valor histórico das informações guardadas. Os arquivos correntes, o que são, se não a história presente?

É claro, para todos, que a documentação e a arquivística (não esquecendo a biblioteconomia) pertencem ao domínio da técnica e não ao da ciência. Essas atividades, no entanto, não podem prescindir da utilização dos conceitos básicos adotados na análise científica, exercendo a relação íntima com as ciências às quais esses arquivos e conjuntos documentais estão referidos. Nesse momento, apontamos para um dos campos específicos de interesse da arquivística, no Brasil. Sua utilização na ciência, nos projetos culturais, onde nem sempre, as exigências estarão de acordo com o ritmo e a própria concepção do desenvolvimento da tecnologia documental, em seu sentido mais amplo. O profissional ligado à área de documentação e arquivo exatamente por desempenhar suas funções no domínio da técnica, não pode ser encarado, em seu trabalho, como prisioneiro de suas mesmas técnicas.

A rigidez de normas e de técnicas é relativa, movendo-se conforme os momentos históricos em que

se estabelecem. Em outras palavras, o arquivista, o técnico em arquivo, o bibliotecário, enfim, o especialista em documentação e informação estará sempre *a serviço de*. Por isso mesmo, esses profissionais têm a necessidade e o direito de acesso sistemático — seja em cursos de formação, extensão, aperfeiçoamento ou especialização — ao conhecimento dos procedimentos adotados pela prática científica nas áreas em que atuam (não confundir com perfil do usuário). O que nos parece de importância crucial quando se pensa na definição de uma política nacional de arquivos, documentação ou informação, na área relativa à capacitação de pessoal.

A partir do século XVII, graças aos historiadores ocidentais, principalmente, os arquivos firmaram-se como base dos relatos contemporâneos. Despertava o interesse histórico pelos arquivos. No século XIX adquirem dimensão científica e cultural, que permanece até os nossos dias. Daí o transtorno sofrido pelo arquivista quanto às normas reguladoras de seu ofício. As suas funções tradicionais, como aponta Jean Favier, acrescentou-se aquela de servir à ciência e à difusão da cultura. Foi nesse momento que se tornou claro para todos “o direito dos cidadãos a um patrimônio arquivístico comum”. O direito de acesso aos arquivos significava o próprio direito de acesso à verdade. Lembra Favier, ainda, que “os arquivos, reflexo e testemunho das dificuldades com que se defrontaram os homens de todos os tempos, tornaram-se, por sua vez, um elemento da política nacional e internacional de cada país”.

Tendo como foco de atenção exatamente esta dimensão científica e cultural adquirida pelos arquivos é que nos propomos a refletir sobre as tentativas de superação das lacunas existentes em nosso país, através da criação de centros de documentação e pesquisa, cujas iniciativas têm partido na maioria das

vezes das universidades, de historiadores e de cientistas sociais, dos usuários.

Apresentamos aqui, uma experiência concreta, a do CPDOC que, como várias entidades semelhantes, uniu-se às lutas pela guarda e preservação de nosso patrimônio documental. Acreditamos que esse relato possa contribuir como subsídio às soluções buscadas por todos nós para a viabilização do acesso às fontes e à informação em nosso país.

2. Formato Institucional

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, foi criado em 25 de junho de 1973. Há seis anos, portanto, veio ocupar um dos vários espaços vazios na preservação e organização de documentos da História do Brasil.

Essas lacunas que mencionamos e, muitas vezes, a ânsia de salvamento de preciosas evidências documentais, que guardam a nossa memória, geram distorções ou mesmo desvios institucionais que, na tentativa de recuperar o tempo e a documentação, perdidos, acabam por tornar tão abrangentes e ambiciosos os seus objetivos e diretrizes que sua concretização se inviabiliza no próprio ato de suas concepções.

Com a intenção de não incorrer nesse tipo de imobilismo, o CPDOC procurou delimitar os campos de sua atuação que podem ser assim especificados:

1. *Arquivos privados.* Toda a documentação reunida pelo Centro é de natureza privada e adquirida sob a forma de doações. Os arquivos referem-se a homens públicos, políticos, empresários, militares, técnicos, etc. que retratam a história da vida de seus titulares e, portanto, de momentos de nossa história contemporânea.

Os titulares dos arquivos, familiares ou seus representantes, que doaram o acervo à Fundação Getúlio Vargas compõem o Conselho de Doadores do CPDOC.

2. *Periodização histórica.* Os trabalhos desenvolvidos resultam de uma opção em abordar o período da Segunda República, tomando por base a Revolução de 1930, de seus antecedentes, até os nossos dias.

3. *Área das Ciências Sociais.* O Centro optou pela delimitação do campo das ciências sociais, em função de um trabalho relativo ao nível da história política, no seu sentido mais lato.

Da mesma forma que se pretendeu delimitar os campos de atuação do Centro, para que pudéssemos assegurar a eficácia dos trabalhos pretendidos, cuidou-se de determinar o *formato institucional* necessário ao respaldo das atividades necessárias à concretização dos objetivos fixados. *A especificidade de seu campo técnico e científico está exatamente na associação, de forma integrada, da documentação, como área técnica, à pesquisa histórica.*

Assim, o Setor de Documentação serve ao Setor de Pesquisa e ao desenvolvimento de seus quatro projetos: elites agrárias, militares, educação e ideologia do Estado Novo, reunindo e organizando preferencialmente os arquivos a serem utilizados.

O Setor de Pesquisa, ao mesmo tempo, auxilia na própria formação de núcleos de documentos históricos. Como exemplo, podemos mencionar o projeto de educação, ligado à organização dos arquivos de Gustavo Capanema, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Ao mesmo tempo, distinguimos claramente as funções do técnico em documentação (arquivo, biblioteca e audiovisual) daquela do pesquisador histórico. Enquanto a pesquisa encara a documentação como uma necessidade imediata de desen-

volver projetos especificamente definidos, a documentação tem como conduta encarar o documento histórico de forma mais ampla e genérica, preparando-o não para um pesquisador, mas para todos os pesquisadores.

Por isso mesmo, e em função de sua história institucional e das espécies de documentos doados, o CPDOC adotou um *formato específico para o seu Setor de Documentação*. Na medida em que trabalhamos com várias espécies de suportes documentais, que exigem setores especializados para desenvolver o tratamento técnico de preservação e organização, o Setor de Documentação passou a ser subdividido em três subsectores: *Arquivo, Biblioteca e Audiovisual*.

O *Subsetor de Arquivo* ocupa-se dos manuscritos e documentos datilografados, além dos recortes de jornais selecionados pelos próprios titulares. Este foi o núcleo original não apenas do Setor de Documentação como de todo o Centro.

O *Subsetor de Biblioteca* ocupa-se do material impresso, livros, periódicos e folhetos.

O *Subsetor de Audiovisual* teve início recentemente, em 1976, com a entrega de fotografias do arquivo Osvaldo Aranha. A partir de então, este acervo tem sido enormemente enriquecido, inclusive com filmes, discos, fitas e microfilmes. A documentação visual, como um campo novo de trabalho, tem exigido toda uma reflexão sobre a forma de tratamento e de suas possíveis abordagens e utilização na pesquisa histórica, como *fonte* de investigação.

Os documentos sob a guarda do Centro, estimados atualmente em 500.000, variam quanto à espécie e ao período em que foram gerados. Quanto a sua forma e tempo de produção, podem ser agrupados da seguinte maneira:

— *de 1930 a 1950*, quando havia uma troca de correspondência mais ativa e presente entre os políticos que, naturalmente, comunicavam-se

com mais frequência por meio de cartas, bilhetes, telegramas, condicionados evidentemente pela ausência de outros meios de comunicação.

— de 1950 (aproximadamente) em diante, observado o desenvolvimento acelerado da tecnologia e, portanto, de novos meios de comunicação e novas formas de registro (telefone, fitas magnéticas, etc.) e com as facilidades de locomoção (automóvel, avião), perde-se substancialmente o registro escrito da história política, sendo necessário o recurso a outras formas, entre as quais encontram-se, por exemplo, as entrevistas e os suportes visuais.

Além dos trabalhos de preservação e organização de documentos e de sua imediata colocação para consulta, o CPDOC tem procurado aprofundar-se numa série de questões técnicas que, devido a sua importância, descrevemos a seguir.

A formação técnica e de conteúdo de seus profissionais. Em geral, nossos funcionários são graduados em História, Ciências Sociais ou Ciência Política. Diante do trabalho ligado ao tratamento da documentação torna-se necessário a sua permanente especialização técnica por intermédio de cursos de aperfeiçoamento ou pós-graduação nessa área, com seus horários liberados para sua realização.

Espaço físico. Com a previsão da construção de um novo prédio para todos os setores que se ocupam de documentação na FGV (Biblioteca, Arquivo Central e CPDOC) temos trabalhado de forma integrada para estudar e formular um projeto adequado às nossas reais necessidades.

Microfilmagem. Juntamente com o Arquivo Central da FGV, dirigido por Marilena Leite Paes, temos participado do projeto de instalação de um laboratório de microfilmagem na FGV.

Direitos Autorais. Junto aos organismos jurídicos da FGV temos apresentado e discutido problemas referentes aos direitos autorais do

documento histórico, questão que nos afeta de perto na medida em que lidamos com material de natureza privada. De maneira informal, solicitamos ao Ministro da Educação uma participação direta das instituições e entidades que se ocupam de documentação histórica no Conselho Nacional de Direito Autoral.

A partir dessas preocupações temos procurado refletir sobre os *problemas e lacunas da legislação nacional* referentes à preservação, guarda e acesso às fontes primárias para a História do Brasil.

Em função de nossa experiência e dos trabalhos que vimos realizando, temos prestado, sempre que solicitados, assessorias a outros centros de documentação, procurando colaborar com o trabalho de outras instituições com finalidades semelhantes.

Trabalhos interinstitucionais já vêm sendo realizados, como o *Guia preliminar de fontes para a história do Brasil* elaborado em colaboração com a Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a coordenação da profa. Maria Amélia Porto Migueis.

3. Conclusão

Diante de todas as iniciativas de trabalho mencionadas, fica a questão de como está posicionado o CPDOC no contexto nacional quanto à tarefa de articulação da documentação no âmbito das Ciências Sociais. Como integrar instituições — universidades, bibliotecas, arquivos, entidades culturais — que vêm desenvolvendo um trabalho semelhante no sentido de acoplar a documentação às Ciências Sociais? Como integrar essas instituições e atividades desenvolvidas evitando uma série de distorções já evidenciadas? Questões que se prendem basicamente a:

— ausência de uma legislação nacional adequada a nossa realidade e em condições de definir a guarda, preservação e direito de

acesso à informação e aos documentos históricos;

— ausência de espaço físico, instalação e equipamentos mínimos que assegurem a preservação dos acervos;

— dispersão de esforços desarticulados em função da ausência de uma orientação (política) nacional;

— ausência de incentivo à formação de profissionais habilitados no tratamento de documentos ligados à pesquisa histórica e às ciências sociais.

Registre-se, nesse sentido, uma experiência de articulação de instituições e, conseqüentemente, de informações no campo da documentação em Ciências Sociais: o Grupo de Documentação em Ciências Sociais — GDSCS, — criado em 1975 e que reunia a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e a Casa de Rui Barbosa. Este grupo poderia vir a se transformar no embrião de uma entidade que gerisse uma política nacional de documentação, operando como um Centro de Documentação Nacional em Ciências Sociais ou como cabeça de um Sistema Nacional de Documentação em Ciências Sociais.

Abstract

Those institutions which keep historical documents deal mainly with register forms of the time when they have been created; that is, they operate with documents or vehicles of information existing at that particular time. From the moment a register entry is considered to be a deliberate recording of a datum (information), it must be admitted that the work of documenting can only be performed if based on the duality documentation/information. In this sense CPDOC is introducing a new model which includes the very concept of documentation and research in the Social Sciences, in order to respond to the movements described and to conform to the dynamics of present-day information, which does not exclude a reflection about such dynamics itself.

Bibliografia da história da Igreja no Brasil, referente às obras editadas em 1978*

1. ALMEIDA, Cândido A. Mendes de. *Os religiosos, a igreja e seu desempenho político no Brasil*. Subsídios à reunião de Itaici, São Paulo, 18 a 25 abr. 1978. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Justiça e Paz, 1978. 39p. mimeogr.
2. AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil; a revolta dos Muckers*. São Paulo, Símbolo, 1978.
3. ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS. Normas para a reprodução fotomecânica dos documentos. *Comunicado mensal da CNBB*, ago. 1978.
4. AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão de crise; a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo, Ática, 1978. 179p. (Ensaio, 51).
5. AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à revolução de 1930. *Síntese*, Rio de Janeiro, 12:47-8, jan./mar. 1978.
6. — Os institutos religiosos no Brasil durante a época imperial. *Convergência*, Rio de Janeiro, set. 1978. p. 435-47.
7. — As Irmãzinhas da Imaculada Conceição; sua história, de 1885 a 1910. *Convergência*, Rio de Janeiro, jun. 1978. p. 300-21.
8. — Os jesuítas e a questão religiosa na época colonial. *Convergência*, Rio de Janeiro, out. 1978. p. 485-510.
9. — A vinda das filhas de Maria Auxiliadora para o Brasil. *Convergência*, Rio de Janeiro, nov. 1978. p. 556-75.
10. — A vinda dos padres Claretianos ao Brasil. *Convergência*, Rio de Janeiro, abr. 1978. p. 172-92.
11. BAETA NEVES, Luiz Felipe. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios; colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro, Forense, 1978. 175p.
12. BANDEIRA, Marina. Dom Hélder Câmara e o Vaticano II. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, 10:73-6, dez. 1978.
13. BRASIL. Câmara dos Deputados. *O clero no parlamento*. Brasília, 1978. (Documentos Parlamentares, 124).
14. CARPEAUX, Oto Maria. *Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 173p.
15. CARVALHO, José Geraldo Vidigal de, cônego. *Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração; século XVIII*, MG. Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1978.
16. CASTRO, Marcos de. *Dom Hélder Câmara*. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 171p.
17. CAVA, Ralph della. Política a curto prazo e religião a longo prazo. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1:242-58, jul. 1978.
18. CONVENTO DE SÃO FRANCISCO. *Livro dos guardiães do Convento de São Francisco da Bahia, 1587-1862*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1978.
19. COSTA, Iraci del Nero da. Registros paroquiais: o arquivo esquecido. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1978. Suplemento Cultural, p. 13-4.
20. DUARTE, A.N. et alii. *Padre Roque Gonzalez*. Atualidade de um evangelizador. Trad. Benno Brod, SJ. São Paulo, Loyola, 1978. 134p.
21. EQUIPE DE ITAICI. Breve histórico da Companhia de Jesus no Brasil. In: — *Os jesuítas*. São Paulo, Loyola, 1978, 120p.
22. GRAHAM, B.A. & THOMAS RICHARD. *The jesuit A. Vieira and his plans for the economic rehabilitation of seventeenth — century Portugal*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
23. IRMANDADE DO SENHOR BOM JESUS DOS PASSOS. *Origem histórica da venerável Irmandade*, por ordem do provedor Mário Benini. São Paulo, 1978.
24. LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo Ofício da inquisição ao Estado do Grão Pará (1763/1769)*. Petrópolis, Vozes, 1978. 278p. (História Brasileira, 1).
25. LEMOS, Jerônimo de, dom, OSB. Sesquicentenário da Congregação Beneditina no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 317, out./dez. 1977.
26. LIBÂNIO, João Batista, pe, SJ. Conflito Igreja-Estado. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 4:29-40, out. 1978.
27. MACEDO, Nertan. *Antonio. Conselheiro*. 2.ed.s.l., Ed. Renes, 1978. 164p.
28. MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 282p.
29. MONTEIRO, Raul Leme. *Carmo, patrimônio da história, arte e fé*. São Paulo, s.ed. 1978.
30. MONTENEGRO, João A. de Souza. *O liberalismo radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. 216p.
31. MOSTEIRO DE SÃO BENTO. *Livro de tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo*. Transc. Martinho Johnson, OSB, do manuscrito original de 1776. São Paulo, Mosteiro de São Bento, 1978. 268p.
32. MOSTEIRO DE SÃO GERALDO. *Vinte e cinco anos do Mosteiro de São Geraldo de São Paulo (1953-1978); suas origens, sua fundação, seu histórico*. São Paulo, Mosteiro de São Geraldo, 1978. 63p.
33. MOURA, Odilão, dom, OSB. *Idéias católicas no Brasil; direções do pensamento católico do Brasil no séc. XX*. São Paulo, Convívio, 1978. 255p.
34. NEIS, Ruben, pe. Formação étnica e religiosa do povo rio-grandense. *Renovação*, Porto Alegre, CNBB Regional Sul III, 121:16-28, out. 1978.
35. — A igreja no pastoreio do Rio Grande do Sul luso-brasileiro. *Renovação*, Porto Alegre, CNBB Regional Sul III, nov. 1978. p. 9-14.

* Extraído do *Boletim do CEPEHIB*, São Paulo, 1(1):13-5, jan. 1979.

36. — Padre Theodoro Amstad. In: *Anais do 2º Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no RS*, realizado em São Leopoldo, 1976, p. 239-58.
37. NOGUEIRA, José Carlos Ataliba. *Antonio Conselheiro e Canudos*. 2.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
38. PEREIRA, Luiz C. Bresser. A revolução política na igreja. In: — *As revoluções utópicas*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 9-80.
39. RABUSKE, Arthur, pe, SJ. Nova fisionomia da igreja no Rio Grande do Sul, a partir de 1850. *Renovação*, Porto Alegre, CNBB Regional Sul III, nov. 1978. p. 15-20.
40. ROLIM, Francisco Cartaxo. *Congregação das religiosas missionárias de Nossa Senhora das Dores*; pesquisa sócio-religiosa. Rio de Janeiro, s.ed., 1978. 117p. mimeogr.
41. SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos e o comércio no Atlântico Meridional*; com enfoque nas capitanias do Sul, 1530-1680. s.l., Ed. Pioneira/INL, 1978. 395p.
42. SANTOS, João. D. *Frederico Costa, 1º prelado de Santarém (PA)*. Belém, Grafisa, 1978. 129p.
43. SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978. (Brasiliiana).
44. SILVEIRA, Ênio et alii. Alceu Amoroso Lima: 85 anos. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 6:202-320, dez. 1978.
45. SIQUEIRA, Sônia A. de. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo, Ática, 1978. 400p. (Ensaio, 56).
46. SOUZA, José Coelho de, pe, SJ. *O sangue pela justiça. Pe João Bosco Penido Burnier, SJ*. São Paulo, Loyola, 1978. 247p.
47. VEIGA, Eugênio de Andrade, mons. *Os párcos no Brasil no período colonial (1500-1822)*. Salvador, Universidade Católica de Salvador, 1978. (Cardeal Brandão Vilela).
48. VEIGA, Gláucio. A biblioteca dos oratorianos. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1:51-65, 1978.
49. VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.
50. WANDERLEY, Luiz Eduardo. Igreja e sociedade no Brasil: 1950-1964, 1964-75. *Religião e Sociedade*, 5:93-107, out. 1978.
51. WILLEKE, Venâncio, frei, OFM. *Missões franciscanas no Brasil*. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1978. 199p.
52. — O noviciado franciscano de Igarauçu. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1:117-51, 1978.

ENTREVISTA



Homenagem a Almirante

A equipe editorial de Arquivo & Administração, que teve em Almirante um de seus primeiros entrevistados, abre espaço para prestar-lhe uma respeitosa homenagem, republicando matéria que serviu de introdução à entrevista que nos foi concedida em 1973 por essa figura maior da música popular brasileira e grande responsável pela preservação de nossa memória musical que, no final de 1980, nos deixou para se consagrar na imortalidade.

Em 1927, o Rio vivia momentos de grande euforia, com a chegada do hidroavião Jaú, que atravessou o Atlântico, deixando os europeus estupefatos diante de tal façanha. Quando a aeronave chegou houve até desfile militar em homenagem a seu piloto Ribeiro de Barros.

Nessa época, um jovem moreno, esbelto, nascido no subúrbio carioca de Engenho Novo, chamado Henrique Foréis Domingues, ordenança do Comandante da Corpora-

ção de Tiro Naval, participava com entusiasmo da parada. Foréis vinha ao lado do Comandante no carro que abria o cortejo na Avenida e o povo empolgado, não se cansava em perguntar aos guardas dos cordões de isolamento:

— Quem é aquele?

— É o Comandante.

— E o outro que vai com ele?

— Ah... é o Almirante — diziam os guardas para se livrarem das perguntas.

Daí em diante, o jovem Henrique Foréis Domingues praticamente perdeu seu nome de batismo, pois todos até hoje só o chamam pelo apelido de Almirante. Dois anos depois teria início o Arquivo Almirante, atualmente, o mais completo em nosso país sobre música popular brasileira.

Primeiros Passos

Em 1929, Almirante, com 21 anos de idade, já fazia grande sucesso nas rodas de samba, cantando música popular brasileira autêntica. Foi ele quem gravou o primeiro samba feito por Noel Rosa. *Eu vou pra Vila* (1931). Participou do conjunto regional chamado Bando de Tangarás, composto por João de Barros, Alvinho, Henrique Brito, Noel Rosa e ele próprio.

Além de cantor, Almirante também compunha. Hoje, músicas de sua autoria como *Na Pavuna* e outras de enorme sucesso nos carnavais antigos ainda são lembradas pelo público com muito entusiasmo. Fez, inclusive, vários programas na Rádio Nacional, criando o célebre *Incrível, Fantástico, Extraordinário, Curiosidades Musicais*, o primeiro programa montado, *Recolhendo Folclore e Caixa de Perguntas* que serviu de inspiração para programas de perguntas e respostas da televisão.

O gosto pela música despertou logo no rapaz o desejo de preservar as nossas canções. Passou, então, a reunir o seu acervo a partir

de 1929, depois de procurar na Biblioteca Nacional e na Escola de Música e não encontrar nada de música organizado, ou até mesmo nada sobre música nas bibliotecas do interior. Isso parece ter aguçado ainda mais o ânimo de Almirante, sempre confiante no valor artístico e cultural de nossa música.

Comprava livros de modinhas, partituras musicais, pedia canções de seus amigos e através de *Recolhendo Folclore* solicitava aos ouvintes que lhe mandassem músicas, rótulos de cachaça e mil e uma coisas, ligadas ao acervo artístico brasileiro. Ele ia guardando tudo em sua casa. Só há 10 anos as fábricas e gravadoras começaram a enviar músicas para seu acervo.

Por volta de 1960, já possuía um respeitável arquivo, que num duplex da Tijuca, pôde reunir e coletar todo o material. Quando alguém tinha dúvida sobre a autoria de determinada música, o ano em que ela fora composta ou mesmo quem teria sido o parceiro de tal canção, Almirante era chamado para dar sua opinião, não só por conhecer demais o assunto, como por ter provas concretas de tudo que dissesse respeito à mpb.

Exótico Salão

Numa quarta-feira de 29 de maio de 1963, o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, amigo e ex-companheiro de rádio de Almirante, visitou na Tijuca o então já famoso Arquivo Almirante. Em conversa com seu criador, dissera que o acervo do Arquivo merecia pertencer ao Estado. Após longos entendimentos, Almirante acabou cedendo.

Em 1965, dentro das festividades do IV Centenário do Rio de Janeiro, inaugurava-se oficialmente o Museu da Imagem e do Som (MIS) com uma exposição do Arquivo Almirante em suas dependências. Por falta de espaço no prédio, o Arquivo ficou por mais de um ano atirado no chão de uma carpinta-

ria, num prédio onde antes funcionou o necrotério do 3.º Distrito Policial, na Praça XV. Durante um ano o arquivo ficou parado. E é o mesmo Almirante, que escreve numa de suas crônicas no jornal *O Dia*: "Para embelezar o exótico salão onde se instalou o necrotério da polícia, exibem-se nas paredes fotografias dos principais elementos da mpb".

A Mostra da Verdade

Dentre as diversas discussões musicais destaca-se as ocorridas por causa da música *Pelo telefone*.

Segundo os arquivos do Almirante, essa música, "a grosso modo", é de autoria de Donga (música) e Mauro de Almeida (letra). O primeiro verso, porém, não pertence a nenhum dos dois, conforme depoimento do próprio Donga. Fora dado a ele em casa de Tia Ciata, local de encontro dos grandes mestres da música brasileira da primeira década de nosso século, por um certo Didi da Gracinda. Transcrevemos a música original e mostramos porque foi alterada ao ser gravada em 1917. Era a seguinte a primeira parte da letra:

*O chefe de polícia
Pelo telefone
Mandou-me avisar
Que na carioca
Tem uma roleta
Para se jogar.*

Esta letra teria sido modificada para não se criar um caso com a polícia, aparecendo nos discos assim:

*O chefe da folia
Pelo telefone
Mandou-me avisar
Que com alegria
Não se questione
Para se brincar.*

A história dessa composição é bastante curiosa, refletindo crítica ao chefe de Polícia da época, Aurelino Leal. Este dera uma ordem,

pelo telefone, para que fossem fechadas as casas de jogo do Rio. Mas o jornal *A Noite*, na tentativa de desmoralizá-lo, a fim de provar que a ordem era impraticável e que de nada adiantaria, colocou várias roletas de papelão em pleno dia, no Largo da Carioca, em frente a sua redação e mandou que os jornalistas Castelar de Carvalho e Eustáquio Alves fizessem uma reportagem sobre o assunto.

Mas *Pelo telefone* teve muitas outras versões, algumas até impúblicáveis. Ela corria pela boca do povo, tomando as mais variadas versões. Chegou até servir de anúncio comercial:

*O chefe da folia
Mandou-me dizer
Que há em toda parte
Cerveja Fidalga
Para se vender*

Centro de Pesquisa

Foram muitos os casos levantados como este. Outro exemplo é o da origem da canção de aniversá-

rio *Parabéns pra você*. Há quem diga que se trata de tradução da música americana *Happy birthday to you*.

Almirante melhor do que ninguém para explicar e ele adora esses tipos de debates.

"Há muitos anos atrás, os frequentadores do Cassino da Urca deturpavam a canção americana, *Happy birthday to you*, por ignorarem a língua inglesa. Resolvi, então, promover um concurso pelo rádio para escolher uma letra em português para aquela melodia. Depois de ouvir uma série de músicas, a escolhida foi a que se ouve atualmente nas festinhas infantis:

*Parabéns pra você
nesta data querida
muitas felicidades
muitos anos de vida.*

A vencedora coube à ovinete de Pindamonhangaba (SP).

O Arquivo, agora pertencente ao Museu da Imagem e do Som, possui partituras até de meados do século passado e contém documen-

tos valiosíssimos, não só da mpb, mas também de teatro e folclore.

Acha-se dividido em fichários de músicas, compositores e cantores, guardando manuscritos e objetos da nossa música. Seu acervo sempre esteve à disposição de todos os estudiosos. Foi através dele que Vasco Mariz conseguiu dados para escrever a parte de música popular de sua célebre obra *A canção brasileira*. Jaci Pacheco, primo e biógrafo de Noel Rosa, também utilizou para escrever *O poeta da Vila e Noel Rosa e sua época*.

Assim como estes, muitas pessoas se servem do Arquivo para consulta quando precisam falar sobre o cancionário brasileiro, que abrange tudo sobre música, desde Chiquinha Gonzaga até as grandes figuras do momento.

O Arquivo Almirante continua sendo o grande centro de pesquisa da música brasileira. "N e n h u m compositor popular brasileiro poderá hoje contar rigorosamente a sua própria vida sem recorrer aos arquivos de Almirante", disse Edgar de Alencar.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Os Caminhos da Desburocratização

• Assinado, em Brasília, o Decreto-Lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, que facilita a transferência para os Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal das respectivas cotas-partes dos tributos compartilhados entre a Administração Federal e essas unidades da Federação.

Segundo o Presidente Figueiredo, embora a medida não seja a solução definitiva para o problema da escassez de recursos municipais e do enfraquecimento da Federação é, porém, o primeiro passo em direção à superação das dificuldades atuais. O Ministro Hélio Beltrão considerou a medida como uma das mais importantes no âmbito do Programa Nacional de Desburocratização.

São os seguintes os tributos aos quais estão sendo aplicados, já a partir de janeiro de 1981, os termos do Decreto-Lei nº 1.805: Fundo Rodoviário Nacional, Taxa Rodoviária Única, Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, Imposto Único sobre Energia Elétrica e Imposto Único sobre Minerais.

Em seu discurso, o Ministro Beltrão resumiu as quatro alterações fundamentais introduzidas pela nova legislação:

"1. A entrega de recursos devidos aos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios passa a ser feita automaticamente, pelo Banco do Brasil, à medida que forem sendo arrecadados. Ficam, dessa forma, eliminados os riscos de atraso e conseqüentemente a erosão inflacionária. Os recursos serão imediata-

mente creditados e livremente movimentados pelos governos interessados.

2. Suprime-se integralmente a exigência de apresentação de planos de aplicação, programas de trabalho e outras modalidades de controle hoje exercidas pela administração federal sobre a destinação, liberação e aplicação dos recursos transferidos. Por estarem expressamente mencionados na Constituição, permanecem apenas os mecanismos de liberação dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, que já foram, de resto, objeto de substancial simplificação e automatização.

3. Reconhece-se expressamente a competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios para aplicar os recursos recebidos, desde que observada a destinação prevista na legislação pertinente, atendidas as peculiaridades locais e

as prioridades estabelecidas pela Presidência da República.

4. Em decorrência da competência reconhecida, aos governos locais, a fiscalização da aplicação dos recursos recebidos desloca-se igualmente da área federal, passando à competência dos Tribunais de Contas dos Estados e Conselhos de Contas dos Municípios, exceto no que se refere aos recursos transferidos aos territórios federais que continuam sob a fiscalização do Tribunal de Contas da União."

Finalizando, disse o Ministro da Desburocratização: "Estamos convencidos de que a retomada de um processo vigoroso de descentralização executiva — que inclua a gradual redução da estrutura administrativa federal e o crescente aproveitamento das estruturas estaduais e municipais — constituirá um desafio à altura da determinação e da capacidade inovadora do atual governo e, a

nosso ver, uma contribuição inestimável ao equacionamento das enormes carências e das dramáticas urgências com que o Brasil atualmente se defronta".

• A expedição de atestados de pobreza, cuja apresentação já foi abolida em diversos tipos de processos, é agora da competência exclusiva da Legião Brasileira de Assistência.

O ato decorre de lei sancionada pelo Presidente da República.

Os atestados de pobreza são destinados a assegurar, às pessoas carentes, gratuidade em processos de que sejam parte nas justiças do Trabalho, Civil, Penal e Militar.

O documento poderá ser solicitado, no Grande Rio, nos centros sociais de Vila Isabel (Rua Oito de Dezembro, 378), da Lagoa (Rua Carvalho Azevedo, 4), de Realengo (Rua Oliveira Braga, esquina da Rua Dr. Lessa), de Irajá

(Rua Capitão Aliatar Martins, 231), de Ramos (Rua Professor Lacê, 57) de Duque de Caxias (Rua Almirante Barroso, 140) e de Nova Iguaçu (Rua José Hipólito de Oliveira, ao lado da Prefeitura).

• A dupla fiscalização exercida pela Cacex e pela Alfândega vai ser abolida graças à substituição das guias de exportação por uma simples declaração de exportação.

A medida se aplica aos produtos manufaturados que não estejam sujeitos a controle especial, podendo, portanto, ser embarcados para o exterior sem maiores formalidades.

O embarque será mais rápido pois os exportadores poderão dirigir-se diretamente à Alfândega, que deverá conferir as mercadorias com a declaração de exportação. Somente após a conferência serão efetuados os demais trâmites burocráticos.

VÁRIAS

Curso de Graduação em Arquivologia da UFF*

Dyrse Barreto Taveira**

José Pedro Pinto Esposel***

1. Introdução; 2. Histórico;
3. Informações Gerais; 4. Estrutura e Funcionamento; 5. Currículo Pleno; 6. Ementas.

1. Introdução

O presente documento foi elaborado a partir dos registros da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense.

* Documento apresentado ao Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos, realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 8 ago. 1980.

** Professor-assistente, Coordenador do Curso.

*** Professor-adjunto, Vice-Coordenador do Curso e Diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF.

Pretendemos tão-somente oferecer ao Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos subsídios aos estudos sobre formação profissional de arquivistas de nível superior.

O currículo pleno e ementas das disciplinas, conforme vêm sendo ministrados, podem constituir elementos úteis no planejamento de cursos da mesma natureza em países onde ainda não existam.

2. Histórico

O Curso de Graduação em Arquivologia foi criado na Universidade Federal Fluminense por iniciativa do prof. Geraldo Sebastião Tavares Cardoso, que, quando reitor, nomeou, pela Portaria n.º 139, de 1.º de setembro de 1976, uma co-

missão composta pelos profs. Adolpho Roberto Brum, Delba Guarini Lemos, Dyrse Barreto Taveira, Eneida Pontes Vieira, José Pedro Pinto Esposel e Marlene Mendes, a fim de estudar a viabilidade de criação e apresentar um projeto, de acordo com as exigências da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Nesse estudo, foram levantados, entre outros, dados relativos à natureza e à necessidade social do curso, levando em conta o distrito geoe educacional, o mercado de trabalho e a capacidade da rede do ensino superior.

O anteprojeto foi encaminhado ao reitor em 11 de maio de 1977, tendo passado pelas diferentes instâncias na própria Universidade e no Ministério da Educação e Cultura, e sofrido os necessários repa-

ros e alterações até sua final aprovação pelo Conselho Universitário.

3. Informações Gerais

Criado em 28 de junho de 1978, pela Resolução n.º 73/78 do Conselho Universitário, o Curso de Graduação em Arquivologia tem sua sede no Instituto de Arte e Comunicação Social, na Rua Lara Vilela, 126, São Domingos, Niterói, RJ, onde está instalada a sua Coordenação.

O currículo pleno foi estabelecido pela Resolução n.º 53/78 do Conselho de Ensino e Pesquisa e deverá ser cumprido num tempo útil de 2.985 horas, correspondentes a 170 créditos e à seguinte duração em períodos letivos: mínima — seis; média — oito; máxima — dez; incluindo-se Estágio Supervisionado, Educação Física e Educação Moral e Cívica.

O ingresso se faz por meio do vestibular unificado da Fundação Cesgranrio.

É grande o número de graduados que solicitam reingresso, principalmente oriundos dos cursos de Biblioteconomia, Administração, Direito, História, Letras e Pedagogia. Essas solicitações vêm sendo atendidas na medida em que as 60 vagas oferecidas ao concurso vestibular não sejam preenchidas.

No primeiro semestre de 1980 havia 65 alunos inscritos, sendo 50 do vestibular e 15 por reingresso.

No presente semestre foram inscritos 15 alunos, sendo quatro por reingresso, um por mudança de curso, os demais pelo vestibular.

4. Estrutura e Funcionamento

Os seguintes departamentos de ensino oferecem créditos ao Curso de Graduação em Arquivologia:

GDO — Departamento de Documentação (responsável pelo maior número de créditos);

GHT — Departamento de História;

SDB — Departamento de Direito Público;

SCT — Departamento de Contabilidade;

GMA — Departamento de Matemática Aplicada;

SAD — Departamento de Administração;

GCA — Departamento de Comunicação e Arte;

GFP — Departamento de Filosofia e Psicologia;

GLF — Departamento de Linguística e Filologia;

GCS — Departamento de Ciências Sociais;

GMC — Departamento de Computação.

Representantes dos diversos departamentos em número proporcional aos créditos oferecidos integram um colegiado que, sob a presidência do Coordenador, delibera sobre questões didático-pedagógicas.

5. Currículo Pleno

Ciclo Básico Obrigatórias

Matérias

Arquivo, Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Documentação, Introdução à Administração, Introdução à Comunicação, Organização e Métodos, Computação, Catalogação e Classificação, Língua Portuguesa, Língua Inglesa.

Disciplinas

Introdução à Arquivologia, Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Estatística, Introdução à Documentação, Introdução à Administração, Introdução à Comunicação, Organização e Métodos, Introdução ao Computador, Introdução à Classificação, Língua Portuguesa, Língua Inglesa.

Ciclo Profissional Obrigatórias

Matérias

Arquivo, Documentação, Paleografia e Diplomática, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Bibliografia e Referência, Notariado, Meios de Reprodução de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos.

Disciplinas

Arquivos Correntes e Intermediário, Arquivos Permanentes, Arquivos Especiais, Microfilmagem Aplicada aos Arquivos, Recursos Humanos e Materiais, Arquivos Médicos, Arquivos de Estabelecimentos Escolares, Documentação, Paleografia, Diplomática, Dinâmica de Grupo de Relações Humanas, História do Brasil, História Regional do Brasil, Metodologia da Pesquisa Documentária, Direito Notarial, Meios de Reprodução de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos.

Optativas

Matérias

Metodologia e Técnica de Pesquisa, Sociologia, Fotografia, Filosofia, Língua Francesa.

Disciplinas

Metodologia e Técnica de Pesquisa, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Introdução à Sociologia, Introdução à Fotografia, Introdução à Filosofia, Língua Francesa.

Completam este currículo o Estágio Supervisionado, Educação Física e Educação Moral e Cívica, ministradas, as duas últimas, sob a forma de Prática Desportiva e Estudos de Problemas Brasileiros.

6. Ementas

GDO — Introdução à Arquivologia: Histórico dos Arquivos, Con-

ceituação, Importância, Relações com outras disciplinas, Classificação dos Arquivos, Iniciação Bibliográfica.

GHT — Introdução ao Estudo da História I: O conhecimento científico e a prática historiográfica (séc. XIX e XX), História como Ciência. Principais Correntes Historiográficas Contemporâneas.

GMA — Estatística I: Conceito fundamental da Estatística; noções de amostragem. Fases do trabalho estatístico; elaboração de tabelas e gráficos. Medidas de posição, dispersão e assimetria.

GDO — Introdução à Documentação: Problemática da documentação e da informação científica, decorrente da má preparação dos documentos primários; conceito de documentação, origem e evolução e estado atual. Noções de documentos em sentido amplo e restrito, e das formas documentais; principais organismos internacionais e nacionais responsáveis pela atividade do setor; normas brasileiras de interesse para a documentação.

SAD — Introdução à Administração: Conceituação da Administração. Evolução do pensamento administrativo. Funções da empresa. Atribuição do administrador. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Atividades de administração geral, serviços administrativos auxiliares, sistemas de pessoal, material, documentação, informação, comunicação e outros. Tendências atuais da Administração. Aplicação dos princípios de Administração.

GMC — Introdução ao Computador II: Conceitos básicos sobre computadores. Necessidade de automação nos processos comerciais e de investigação científica. Aplicação dos computadores. A comunicação homem-máquina. Diagramas de bloco e fluxogramas. A lógica da programação. Aplicações à resolução de problemas específicos de interesse do curso. Linguagens de programação. Compilação. Principais funções em processamento

eletrônico. O *Basic* como linguagem inicial de programação. Uso das instruções para codificação e programas. O uso do RPG para preparação rápida de programas e relatórios. Aplicações práticas de programação e exercícios de interesse do curso.

SCT — Noções de Contabilidade: o patrimônio ativo e passivo. Estudo das contas. Método de escrituração. O balanço: balancete, demonstrativo de resultados e balanço geral. Sistemas de contabilidade de custos: custos-despesas e componentes do custo. Custos para o problema decisório. Análise financeira: capital de giro e capital fixo, índice de liquidez e indicadores. Análise da rentabilidade.

GHT — Introdução ao Estudo da História II: Teoria e métodos das principais correntes historiográficas contemporâneas. As principais correntes historiográficas brasileiras.

GLF — Língua Portuguesa XVII: Ortografia. Classificação de palavras. Subsistema verbal de Português Contemporâneo. Sintaxe das funções, com a respectiva prática. Noções de pontuação.

GLF — Língua Estrangeira Instrumental I: Compreensão da língua escrita. Exercícios variados para aquisição e ampliação do vocabulário passivo. Estudo das estruturas básicas da língua: sintagma nominal e sintagma verbal.

SAD — Organização e Métodos: Conceituação. Objetivos. Teorias e princípios de organização. A organização como sistema. Estruturas de organização e sua racionalização. Técnicas e instrumentos de análise organizacional. Normas e métodos de funcionamento.

SDB — Introdução ao Direito. Direito: noções, definição, divisão e fontes. Noções de Direito Constitucional, Civil, Penal, do Trabalho, Administrativo, Comercial e Judiciário.

GCA — Introdução à Comunicação: Informação e comunicação. A codificação das informações. Me-

canismo da comunicação e da informação. As várias fases do processo de comunicar-se. *Feedback*. Veículos de comunicação social e relações públicas. Conceitos de opinião pública e da relação pública. Criatividade em relação pública. Métodos e processos usuais das relações públicas. A divulgação.

GLF — Língua Portuguesa XVIII: Ortografia. Classificação de palavras. Subsistema verbal de Português Contemporâneo. Sintaxe das funções com a respectiva prática. Noções de pontuação.

GLF — Língua Estrangeira Instrumental II: Compreensão da língua escrita. Exercícios variados para aquisição e ampliação do vocabulário passivo. Estudo das estruturas básicas da língua: sintagma nominal e sintagma verbal.

GDO — Introdução à Documentação: Estudo dos conceitos básicos da classificação filosófica e bibliográfica; sua terminologia e noções indispensáveis ao entendimento dos sistemas de classificação bibliográfica e estabelecimento de cabeçalho de assunto.

GDO — Paleografia: Origem e evolução da escrita. Teoria e prática dos estudos paleográficos no Brasil.

GFP — Dinâmica de grupo e Relações Humanas III: Conceituação da dinâmica de grupo. Principais fenômenos do grupo. Técnicas de Dinâmica. Processo de grupo e relações interpessoais. Comunicação. Mecanismos de defesa.

GDO — Documentação I: Normalização de trabalho científico utilizado às normas concernentes. Indexação pré e pós-coordenadas: vocabulário controlado.

GDO — Arquivos Correntes e Intermediário: Administração dos arquivos permanentes. Programa descritivo. Terminologia. Legislação. Elaboração de projeto.

GHT — História do Brasil I: História do Brasil no período colonial, na perspectiva econômica, social, política, cultural e administrativa.

GDO — Diplomática: Conceitos gerais, funções, importância e métodos. Classes de documentos e suas características. Documentos autênticos e falsificações. A Diplomática e o Arquivo.

SDB — Direito Notarial: Conceito e conteúdo do Direito Notarial. Sistema judiciário brasileiro. Dos documentos públicos e sua guarda. Dos registros públicos. Regime cartorário no Brasil. Direito Notarial comparado. Sistema de registro em livros. Arquivamento pelo poder público de documentos de interesse privado.

GDO — Metodologia da Pesquisa Documentária: Planejamento, elaboração e métodos da pesquisa bibliográfica e documentária. Técnicas de resumo e normalização de originais: normas pertinentes.

GDO — Arquivos Permanentes: Administração de arquivos permanentes. Programa descritivo. Terminologia. Legislação. Elaboração de projeto.

GHT — História do Brasil II: História do Brasil no período imperial, na perspectiva econômica, social, política, cultural e administrativa.

GDO — Conservação e Restauração de Documentos: Noções teóricas dos princípios gerais de tra-

tamento e conservação de documentos em bibliotecas e arquivos. Teoria e prática da conservação e restauração de documentos históricos e artísticos em papel, pergaminho e couro, incluindo encadernação.

GCA — Meios de reprodução de documentos: Principais processos de produção e reprodução de documentos. Introdução geral e sua utilização.

GDO — Arquivos Especiais: Arquivamento de material audiovisual e novos tipos de documentos. Problemas técnicos. Terminologia. Legislação.

GHT — História do Brasil III: História do Brasil no período republicano, na perspectiva econômica, social, política, cultural e administrativa.

GDO — Estágio Supervisionado II: Atividades práticas nos diferentes serviços de arquivo e documentação, com orientação da coordenação de curso e sob a supervisão de profissional credenciado.

GDO — Microfilmagem aplicada aos Arquivos: Conceito de microfilme. Microfilmagem de segurança, complementação e substituição. Técnica de microfilmagem. Arquivos microfilmados. Terminologia. Legislação. Elaboração de projeto.

logia. Legislação. Elaboração de projeto.

GDO — Recursos Humanos e Materiais: Problemas de pessoal (formação, regulamentos profissionais). Associações de classe. Ética profissional. Instalação e equipamento de arquivo. Terminologia. Legislação.

GHT — História Regional do Brasil I: Estudo da história do Estado do Rio de Janeiro e área periférica na Colônia, Império e República.

GDO — Estágio em Arquivos Médicos: Atividades práticas nos diferentes serviços de arquivos médicos, com orientação da coordenação do curso e sob a supervisão de profissional credenciado.

GDO — Estágio em Arquivos de Estabelecimentos Escolares: Atividades práticas nos diferentes serviços de arquivos de estabelecimentos escolares, com orientação da coordenação do curso e sob a orientação de profissional credenciado.

GDO — Arquivos Médicos: Organização e administração de arquivos médicos. Terminologia. Legislação específica.

GDO — Arquivos de Estabelecimentos Escolares: Organização e administração de arquivos de escolas. Conceitos. Terminologia. Legislação específica.

Ajuda Externa*

Estudante americano quer soltar papéis presos

Realizando pesquisa de campo para uma tese de doutorado sobre a história do negro no Brasil durante os anos que se seguiram à abolição da escravatura, o estudante americano Samuel Adamo, 27 anos, no Rio desde maio de 1979 com uma bolsa da Universidade do Novo México, acabou descobrindo, no depósito de inutilidades da Peniten-

ciária Milton Dias Moreira, graças a sua teimosia, um pequeno tesouro bibliográfico.

Em prateleiras dispostas a mais de 5 metros do chão, encobertos por jornais velhos, goteiras, uma grossa camada de poeira e entregues a baratas, ratos e cupins, estavam 527 volumes que relatam, em aproximadamente 260.000 páginas manuscritas, a história do sistema penitenciário da cidade durante um século, de 1860 a 1962.

Assombrado, Adamo procurou o Diretor do Departamento do Siste-

ma Penitenciário Estadual, Antônio Vicente da Costa, para comunicar seu achado, e foi então que chegou a uma segunda descoberta mais surpreendente ainda: o que a princípio lhe pareceu um episódio bizarro, encontrar documentos de indiscutível valor histórico entregues às traças, é, na verdade, ao menos no Brasil, a regra. "Até ali, eu vinha agindo como se estivesse em meu país", admite Adamo, que não recebeu qualquer solidariedade da direção do Desipe, de onde saiu apenas com uma autorização infor-

* Extraído de *Veja*, São Paulo (634): 104, 29 out. 1980.

mal e despreocupada para remexer, como bem quisesse, nos livros.

Metódico, e contando apenas com a ajuda desinteressada de um colega brasileiro, o estudante Daldir Pereira dos Reis, Adamo passou três semanas trabalhando na limpeza, ordenação cronológica e fichamento dos livros, que transportou do depósito para a seção administrativa.

Desconcertados, lembra Adamo, "alguns presos quiseram saber se eu tinha vindo transferido do hospital de doidos Pinel, porque para eles não fazia nenhum sentido eu passar os dias coberto de poeira

carregando papéis velhos de um lado para o outro". Sem sucesso, Adamo ainda tentou, inutilmente, conseguir verbas para um trabalho de microfilmagem, que chegou a iniciar com dinheiro do próprio bolso. Teve, para seu consolo, a solidariedade perplexa de alguns detentos, que o auxiliaram na faxina.

Adamo procurou então Celina Moreira Franco, Diretora do Arquivo Nacional, a quem relatou o ocorrido e pediu ajuda. Celina enviou de imediato uma carta, ainda não respondida, à Secretaria de Justiça do Estado, pedindo autorização para o recolhimento da coleção. "O

rapaz esteve aqui, e me falou sobre uns dois ou três livros históricos encontrados na penitenciária, mas nós ainda os estamos procurando", lavava as mãos na semana passada, Vicente da Costa, o diretor do Desipe, Departamento da mesma Secretaria.

No final da semana porém, Adamo — que em dezembro voltará aos Estados Unidos — ouvia de um funcionário da penitenciária a inquietante notícia de que sua descoberta está agora novamente empilhada aleatoriamente num canto do depósito e que há quem fale que ela poderia ser a qualquer momento incinerada.

Conselho Internacional de Arquivos

O que é o CIA

O Conselho Internacional de Arquivos — CIA — surgiu quando, no período de 9 a 11 de junho de 1948, o Comitê de *Experts* Arquivistas convocado pela Unesco em Paris decidiu, na qualidade de assembleia constituinte, adotar seus estatutos provisórios.

Com a realização do I Congresso Internacional de Arquivos, em outubro de 1950, em Paris, ficou estabelecido definitivamente o Conselho.

O CIA acha-se classificado na categoria A das associações internacionais não-governamentais que cooperam com a Unesco.

Como resultado de sua expansão, atualmente possui os seguintes ramos regionais:

ALA — Associação Latino-Americana de Arquivos, congregando arquivistas de 19 nações;

ARBICA — ramo regional árabe, com 18 membros nacionais;

CARBICA — ramo regional do Caribe, congregando 18 membros nacionais;

ECARBICA — ramo regional, abrangendo o leste e o centro da África, com 10 membros nacionais;

SARBICA — ramo regional da Ásia, com nove membros nacionais;

SWARBICA — ramo regional do sul e do ocidente asiático, com cinco membros nacionais;

WARBICA — ramo regional, abrangendo o oeste africano, com 13 membros nacionais.

Compõem ainda o CIA a Seção das Associações Profissionais de Arquivistas — NAA, e a Seção dos Arquivistas das Organizações Internacionais — AIO, com atribuições de promover a cooperação entre os arquivistas das organizações internacionais para o estudo dos problemas de interesse comum como organização dos arquivos, tratamento dos documentos, acesso aos arquivos; promover a formação e o aperfeiçoamento profissional dos funcionários internacionais encarregados de arquivos; realizar projetos comuns.

Integram também o Conselho diversos comitês:

Comitê de Publicações — PUB, encarregado da coordenação das atividades editoriais; elaboração

e preparo do programa de publicações.

Comitê para o Desenvolvimento dos Arquivos — CAD, que se encarrega do estudo dos problemas relativos à planificação do desenvolvimento dos arquivos do terceiro mundo: reunião e difusão das informações sobre as necessidades em matéria de desenvolvimento dos arquivos; assistência à realização de projetos; administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Arquivos do CIA e busca dos recursos financeiros para o preparo de programas de desenvolvimento arquivístico por parte dos organismos doadores.

Comitê para a Formação Profissional — PTE, que tem por finalidade o estudo das questões relativas à formação das diferentes categorias de pessoal de arquivos: planificação e organização da formação, programas de ensino, produção de material didático. Cooperação com os outros organismos do CIA para o desenvolvimento da formação profissional e técnica.

Comitê de Informática (Automação) — ADP, encarrega-se dos estudos e pesquisas em matéria de

informática arquivística: tratamento dos documentos legíveis por máquina, aplicação da informática à administração dos arquivos, utilização de computadores para elaborar o inventário dos documentos. Difusão das informações pelo boletim ADTA, publicação de manuais e organização de seminários.

Comitê de Conservação e Restauração de Documentos — DCR, responsável pela elaboração de critérios e de normas relativos às condições que dizem respeito à conservação física, à preservação e à restauração dos documentos.

Promoção de pesquisas sobre a deterioração do papel e sobre as técnicas de conservação e restauração. Difusão das informações pelo boletim *Conservations News*.

Comitê de Microfilme — MIF, que se encarrega da permuta de experiências sobre equipamentos e técnicas de microfilmagem, elaboração e difusão de normas em matéria de produção, segurança e conservação de microcópias por meio de projetos de estudo, de reuniões e publicação de um boletim.

Comitê de Arquivos Literários e Artísticos — LTA, que estuda as questões relativas dos arquivos literários e artísticos: organização dos fundos, tiragem, inventário, aquisição de arquivos de origem privada, relações com os departamentos de manuscritos das bibliotecas e dos museus.

Comitê Conjunto CIA/IRMF sobre a Gestão de Dossiês.

Comitê Especial para administrar a conclusão do Projeto do Guia das Fontes da História das Nações.

Comitê de Sigliografia — SIG.

Comitê de Arquivos de Empresas — BSA.

Escritório Provisório do Guia das Fontes da História da Ásia.

Os membros do CIA estão reunidos em quatro grupos: categoria A — direções centrais de arquivos, com 111 países-membros; categoria B — associações nacionais de arquivistas, com 19 associados; ca-

tegoria C — outras instituições arquivísticas, com 403 instituições-membros; categoria D — membros individuais, com 162 associados e 18 membros honorários (arquivistas que se distinguiram por serviços de destaque).

O Conselho publica, desde 1951, com o patrocínio da Unesco e periodicidade anual, a revista *Archivum*, redigida em cinco línguas (inglês, francês, espanhol, alemão e italiano). Nela são enfocados todos os aspectos profissionais do tratamento dos arquivos administrativos e históricos, bem como as questões referentes ao acesso do público aos arquivos e à pesquisa histórica. De quatro em quatro anos, um volume é dedicado à publicação de Atas dos Congressos Internacionais de Arquivos.

Além das publicações referentes aos ramos regionais, é editado o *Jornal Internacional de Arquivos* e um *Boletim* semestral em inglês e francês.

Complementando o pequeno histórico relacionamos os eventos internacionais já realizados com os respectivos locais e anos.

Congressos Internacionais de Arquivo: Paris-1950-I; Haia-1953-II; Florença-1956-III; Estocolmo-1960-IV; Bruxelas-1964-V; Madri-1968-VI; Moscou-1972-VII; Washington-1976-VIII e Londres-1980-IX.

Conferências Internacionais da Mesa-Redonda de Arquivos; Paris-1954-I; Namur-1955-II; Zagreb-1957-III; Wiesbaden-1958-IV; Lisboa-1959-V; Varsóvia-1961-VI; Madri-1962-VII; Budapest-1963-VIII; Londres-1965-IX; Copenhague-1967-X; Bucarest-1969-XI; Jerusalém-1970-XII; Bonn-1971-XIII; Luxemburgo-1973-XIV; Otawa-1974-XV; Kiev-1975-XVI; Cagliari-1977-XVII; Nairobi-1978-XVIII e Gualupe-1979-XIX.

O CIA e o Programa da Unesco

Foi divulgado entre os membros de categoria A e B, algumas observa-

ções e comentários a propósito do programa e orçamento da Unesco, no que diz respeito aos arquivos, para o biênio de 1981-83, a serem apreciados na vigésima primeira sessão da Conferência Geral, com o objetivo de colher sugestões e preparar as recomendações que serão propostas.

As principais observações referem-se à *identidade cultural* dos povos da Ásia, África e Caraíbas, incluindo a salvaguarda de suas tradições orais; *preservação e valorização do patrimônio cultural e natural*, abrangendo arquivos audiovisuais e manuscritos históricos; promoção do equilíbrio entre os campos de atuação dos arquivos, bibliotecas e centros de informação por meio de projetos de desenvolvimento dos *sistemas de arquivos* e de administração de documentos; estabelecimento de *políticas arquivísticas*, incentivando-se a realização de pesquisas para conhecer a situação e as necessidades dos arquivos nos países em vias de desenvolvimento, bem como a criação de Ramos Regionais do CIA na Oceania e na África Equatorial; *normatização* das atividades de arquivo; incentivo à integração das fontes de informação arquivística nos *sistemas internacionais de informação especializada*, com ênfase para a informação sócio-econômica a serviço do desenvolvimento e sistema mundial de informação sobre a arquitetura (ARKISYST); projetos especiais de *formação profissional* de pessoal de arquivo, de especialistas e técnicos em preservação e restauração de documentos, bem como de ensino das técnicas arquivísticas e de orientação dos usuários; realização de seminários para estudar administração de arquivos, conservação de documentos e reprografia e, finalmente, preparo de *estatísticas* para apurar os resultados obtidos pela Unesco nos exercícios de 1977-80.

A AAB e o Conselho Federal de Mão-de-Obra

O Conselho Federal de Mão-de-Obra, em reunião de 14 de novembro, renovou o prazo de vigência do credenciamento da Associação dos Arquivistas Brasileiros junto àquele Conselho.

Dessa forma, está a AAB qualificada para continuar a ministrar os cursos que vêm sendo uma de suas atividades mais constantes, bem como para desincumbir-se de trabalhos de assistência técnica para organização de arquivos.

Cursos da AAB

Dando prosseguimento à sua programação, a AAB realizou, de 17 a 21 de novembro, o curso *O Microfilme e o Arquivo Moderno*.

Numa clara demonstração da crescente conscientização das autoridades e do público em geral para o problema de documentação, participaram do curso representantes de inúmeras entidades públicas e privadas, sediadas em diversos Estados brasileiros, tais como: DNER; Dyna Engenharia; Empresa Brasileira de Engenharia; Ministério da Marinha-Gabinete do Ministro e Diretoria de Engenharia Naval; Fundação Getúlio Vargas; Souza Cruz Indústria e Comércio; SUNAMAM; Valesul Alumínio S/A; Máxima Consultoria; SESI — Departamento Nacional; Ministério das Relações Exteriores e Arquivo Nacional, todas no Rio de Janeiro. Banco do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo; Banco do Estado do Espírito Santo; Arquivo Público Estadual do Espírito Santo; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Secretaria de Planejamento do Pará; SUDAM; Tribunal de Justiça de Santa Catarina; Polipropileno S/A, Bahia; Prefeitura de Rezende e Universidade Federal de Santa Maria, RS, num total de 37 participantes. As aulas versaram sobre o seguinte programa: Introdução — conceito e problemática dos arquivos, pelo prof. José Pedro Esposel. Organização e planejamento de arquivos, profª. Marilena Leite Paes. Arquivo Corrente e Arquivo Intermediário, Profª. Maria de

Lourdes da Costa e Souza. Análise, avaliação, seleção e eliminação de documentos, profª. Eloísa Helena Riani Marques.

Na área de microfilmagem atuaram os profs. José Lázaro de Souza Rosa e Maria de Lourdes Claro de Oliveira, que seguiram a seguinte programação: O microfilme — histórico, uso, vantagens e aplicações. Técnicas de microfilmagem e microformas. Técnica de microfichas e sistema de arquivamento. Legislação — interpretação do texto da lei, atualização e modificações propostas. Recuperação da informação microfilmada e indexação. Síntese integrada.

O curso foi complementado por um debate, do qual participaram alunos e professores, e por visitas organizadas a dois laboratórios de microfilmagem.

Núcleo Regional de Brasília

• De 20 a 24 de outubro, o Núcleo Regional da AAB em Brasília promoveu o curso *O Microfilme e o Arquivo Moderno*, ministrado pelos professores José Lázaro de Souza Rosa e Maria de Lourdes Claro de Oliveira. Com um total de 30 horas de atividades, divididas entre aulas expositivas, debates e estudos de casos. O curso foi bastante concorrido, contando com a presença de participantes de diversas empresas e instituições da capital.

As aulas tiveram lugar no auditório do Ministério da Justiça e se desenvolveram de acordo com a seguinte programação: Definição e conceito de reprografia. Introdução à microfilmagem: evolução histórica. O microfilme no Brasil. Usos, vantagens e aplicações práticas dos sistemas de microfilmagem. O filme: evolução das técnicas de sensibilização; dimensionamento e capacidade de armazenamento; bitolas e tipos de filmes; padrões de qualidade; definição; densidade; contraste; graus de redução; e legibilidade. Técnicas e processos de microfilmagem. Equipamentos: microfilmadoras, processadoras, revisores, duplicadores, aparelhos de leitura simples e conjugados. A microfilmagem nos arquivos correntes, intermediários e permanentes. Aplicação

técnica nos arquivos públicos institucionais, comerciais e pessoais. Preparo da documentação para microfilmagem. Arranjo das coleções. Produção do microfilme. Filmes com qualidade arquivística. Métodos de arquivamento. Conservação e tratamento das microformas. Procedimentos técnicos. Planejamento, organização, administração e direção de serviços de reprografia e/ou microfilmagem. Sistema de indexação e codificação de microfilmes: processos éticos, sinaléticos e eletrônicos. O microfilme e a legislação vigente. O laboratório de microfilmagem: estrutura de funcionamento. Prestação de serviços de terceiros: análise dos aspectos principais. Sistemas especiais de recuperação da informação: COM, CIM, circuito fechado de TV. O fotocromismo; a holografia; o raio laser.

• *Planejamento e Organização de Arquivos* foi o curso oferecido pelo Núcleo de Brasília, de 10 a 28 de novembro, a dirigentes e profissionais da área que desejavam adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos para melhor planejar ou organizar os sistemas de arquivo dos órgãos a que servem.

O programa desenvolvido pelas professoras Astréa de Moraes e Castro, Nilza Teixeira Soares e Andresa de Moraes e Castro esteve assim distribuído: Documentação, Informação, Arquivo, Biblioteca, Museu e Centros de Documentação. A ciência pura dos arquivos: sua importância, conceituação e finalidades. Arquivos correntes ou da 1.ª idade: características, organização e administração. Pessoal: atributos. Material. Terminologia. Métodos de Arquivamento: alfabético, numérico simples e alfanumérico e por assunto (decimal e duplex). Planejamento e organização de um sistema de arquivos: conhecimento da documentação e da estrutura organizacional; contatos com O & M; contatos com os dirigentes da empresa em todos os níveis; preparação do código de classificação de assuntos; treinamento de pessoal; classificação dos documentos. Avaliação e tabelas de temporalidade. Setores de Protocolo-Arquivo. Tramitação da cor-

responsência; serviço de mensageiros. Manual de serviços. Arquivos intermediários ou de 2.ª idade: definição; principais experiências no mundo; o arquivo intermediário em Brasília; construção e equipamentos; distinção entre depósitos intermediários e depósitos de arquivo local; plano de conjunto; depósitos dos países tropicais; transferências; tratamento dos papéis, eliminação; recolhimentos. Arquivos permanentes ou de 3.ª idade: recolhimento; desinfestação; arranjo; descrição; instrumentos de pesquisa; acesso; usuários; preservação e conservação.

Dia do Arquivista

O dia 20 de outubro, Dia do Arquivista, foi comemorado em todo o Brasil.

Em Brasília, o Núcleo Regional da AAB promoveu um painel, no auditório do Ministério da Justiça, do qual participaram Octaciano Nogueira, ex-diretor do Departamento de Imprensa Nacional; Deobry dos Santos, diretor de Microfilmagem do MEC; José Lázaro de Souza Rosa, professor da Fundação Getúlio Vargas; Nilza Teixeira Soares, diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados; Elizabeth Andrade Pinto, chefe da Seção de Classificação do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores; Wilma Schaeffer Corrêa, diretora da Divisão de Pré-Arquivo do Arquivo Nacional no DF e Astréa de Moraes e Castro, chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados e diretora do Núcleo da AAB.

Cada participante relatou suas atividades e projetos dos órgãos a que pertencem. Nilza Teixeira Soares deu notícias do 9º Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Londres, em outubro, ao qual compareceu. Para encerrar a reunião, Astréa de Moraes e Castro fez um balanço das atividades do Núcleo, durante o ano de 1980, e divulgou a agenda para este ano. A noite terminou com um coquetel oferecido aos associados e profissionais presentes.

No Paraná, o Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem realizou a 1.ª Exposição do Arquivo do Paraná, aberta ao público de 20 a 25 de outubro, para comemorar os 125 anos da Lei nº 33, de 7 de abril de 1855, que criou o Arquivo Público na Província, associando-se, dessa forma, às comemorações do Dia do Arquivista.

Foram expostos, em sua maioria quase absoluta, originais dos séculos XVIII e XIX, zelosamente preservados e pela primeira vez mostrados ao público.

A promoção teve objetivos específicos como chamar atenção das autoridades para a necessidade de preservar, não só os documentos da história recente, mas, especialmente, aqueles que a desinformação ou a ignorância convencional chamam de *papéis velhos*; atrair novos pesquisadores e criar um inter-relacionamento; *desarquivar* o arquivo transformando-o num organismo ativo e dinâmico dentro do cotidiano, tratando, para tanto, de franquear-lhe o acesso a pesquisadores, estudantes e a

quantos a ele recorrerem sem distinções ou discriminações; revelar, da melhor maneira possível, a real imagem dos arquivos, tirando-os do esquecimento a que foram relegados e apresentando-os como órgãos vivos de uma administração eficaz, moderna, atualizada e, finalmente, proporcionar ao maior número possível de pessoas a *descoberta* do arquivo em sua verdadeira função e realidade.

No Rio Grande do Norte, o Arquivo Público do Estado, utilizando-se de poesia publicada em *Arq. & Adm.*, de autoria de Eloísa Helena Riani Marques, sob o título *O Arquivista*, fez uma montagem fotográfica, criando cartaz comemorativo do Dia do Arquivista.

No Rio de Janeiro, a Câmara Municipal dirigiu à Presidente da AAB o ofício nº 2.194, de 23 de outubro de 1980, com a seguinte mensagem:

"É com elevada honra que comunicamos a V. Senhoria que esta Câmara aprovou moção cujo texto anexamos por cópia, de autoria do Vereador Paulo Cesar de Almeida. Aproveitamos a oportunidade para apresentar os nossos protestos de consideração e estima. Laércio Maurício da Fonseca, Presidente; Paulo César de Almeida, Secretário."

Moção

Solicito, à Mesa Diretora, na forma do Regimento Interno, conste nos Anais desta Casa de Leis, um voto de congratulações à Associação dos Arquivistas Brasileiros, pela passagem do Dia do Arquivista.

Sala de Sessões, 20 de outubro de 1980. Vereador Paulo César de Almeida.

Justificativa

Quero deixar registrada nos Anais desta Casa de Leis meus votos de congratulações com a Associação dos Arquivistas Brasileiros, na pessoa do seu Presidente, pela passagem do Dia do Arquivista.

No momento em que me congratulo com essa categoria profissional, aproveito a oportunidade para desejar pleno êxito às atividades a serem realizadas neste dia pela referida Associação.

A Kartro S/A Importadora e Distribuidora, evidenciando, mais uma vez, o inequívoco apoio que vem hipotecando à classe arquivística ao longo de um período de lutas e conquistas, fez publicar na imprensa do Rio de Janeiro nota que agora transcrevemos:



Dia do arquivista. Brasília, 1980.

20 de Outubro — Dia do Arquivista. Saudamos nesse dia os arquivistas que, com seu trabalho, ajudam a criar o futuro, organizando o presente. Kartro S.A. Importadora e Distribuidora.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros realizou no auditório do Arquivo Nacional as comemorações oficiais do dia dedicado ao profissional de arquivo. Presentes, além do público que lotou a platéia: José Gabriel da Costa Pinto, diretor-geral interino do Arquivo Nacional; Helena Corrêa Machado, representando o Secretário Municipal de Administração, José Maria da Motta; Desirêe Batista Correia, representando o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Afonso Carlos Marques dos Santos, representando a direção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Maria Angela Lagrange, arquivista e presidente da Associação dos Moradores da Praça Cardeal Arcoverde e adjacências, que prestou homenagem aos arquivistas de Copacabana, na pessoa da professora Maria de Lourdes da Costa e Souza, arquivista de mérito e moradora do bairro.

A solenidade foi aberta pela presidente da AAB, Regina Alves Vieira, que convidou Maria Angela Lagrange, Maria de Lourdes da Costa e Souza e Célia Camargo de Simone, conferencista da tarde e coordenadora do Setor de Documentação do CPDOC/FGV, para comporem a mesa.

A seguir, pronunciou a seguinte saudação aos presentes: *Já se tornou uma tradição o nosso encontro de 20 de outubro, no qual comemoramos o Dia do Arquivista e o aniversário de criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O Dia do Arquivista tem suas origens na série de Decretos-Leis datados de 20 de outubro de 1823, que mencionam em seus artigos finais que sejam publicados e registrados na Chancelaria, enviando-se exemplares a "todos os lugares a que se costumam remeter, e, ficando o original aí, até que se estabeleça o Arquivo Público para onde devem ser remetidos tais diplomas".*

A AAB está completando nove anos de lutas constantes pela causa dos arquivos e dos arquivistas.

Para alegria nossa, sentimos um notável avanço e um interesse sempre crescente pela causa que defendemos. Felizmente já está bem distante o dia em que pugnávamos com ardor pela formação do profissional dos Arquivos por meio de ensino científico e sistematizado, com cursos de nível superior.

As escolas de Arquivologia das Universidades do Rio de Janeiro, Federal Fluminense e Federal de Santa Maria,

no Rio Grande do Sul, estão cumprindo a nobre missão de formar arquivistas. Outros Estados já se acham sensibilizados para a criação de novos cursos.

Quanto ao profissional de nível médio, o Conselho Estadual de Educação, por intermédio da Câmara de Ensino de 2ª Grau, aprovou a inclusão da arquivística nos programas dos colégios oficiais, como disciplina profissionalizante, para preparar técnicos de arquivo.

Em contatos mantidos com a Subsecretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro obtivemos a promessa de estudos de um projeto visando a implantação do curso técnico, em nível pós-secundário, de aplicação mais imediata.

Com a regulamentação da profissão, foi iniciada outra etapa de reivindicações, qual seja, a da criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, que segue sua tramitação no Ministério do Trabalho.

Junto ao Sistema Nacional de Arquivos — SINAR, criado em 1978, temos um representante na CONAR, Comissão Nacional de Arquivo, que já participou das primeiras reuniões, em Brasília, e, estará presente às que serão realizadas futuramente.

No encerramento do Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos, realizado em agosto de 1980, no Rio de Janeiro, e promovido pelo Conselho Internacional de Arquivos, a Associação Latino-Americana de Arquivos e o Arquivo Nacional, tivemos do diretor-geral do DASP a promessa de enquadramento do arquivista em níveis compatíveis com seu título universitário no próximo Plano de Classificação de Cargos que está sendo estudado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas com o objetivo de reparar injustiças.

Prometeu-nos José Carlos Freire o mesmo tratamento dispensado a outros profissionais especializados do quadro de pessoal do funcionalismo público.

A AAB está atenta aos enganos cometidos no passado e preparada para apontar caminhos e soluções com o fim de corrigi-los.

Urge que o DASP reexamine a situação que, desde 1973, deturpou e aniquilou a carreira de arquivista no serviço público.

Eis as nossas responsabilidades.

A AAB continuará na sua trilha, lutando pela valorização dos arquivos, empenhando-se sempre pela formação de pessoal especializado para as complexas tarefas da produção, fluxo, con-

servação e utilização dos documentos de Arquivo.

Nosso caminho é árduo, mas, com energia, força de vontade e, principalmente, de mãos dadas, com muita dedicação, venceremos.

A AAB cumprimenta em seu dia, o Arquivista brasileiro. O nosso abraço amigo.

Dando prosseguimento à solenidade, foi dada a palavra a Célia Camargo de Simone que, em brilhante palestra, aqui transcrita, abordou o tema O Espaço Social e Cultural do Arquivista.

Agradeço à Associação dos Arquivistas Brasileiros por este convite honroso, porque antes de tudo sou uma historiadora. Conversando com vocês, hoje, quando se comemora o Dia do Arquivista, sinto-me gratificada por este trabalho que venho realizando há alguns anos na área de documentação e arquivos.

De certa forma, considero-me em ação numa área de fronteira, na medida em que minhas atividades envolvem setores diversos como arquivo, documentos audiovisuais e biblioteca, ao lado de uma formação acadêmica ligada à história e à pesquisa social. E é exatamente por estar realizando este tipo de trabalho que posso me sentir à vontade para colocar aqui algumas questões, de caráter mais amplo, e que são fruto, inclusive, de algumas de minhas inquietações enquanto profissional ligada à área. Acredito que seja conveniente abordar alguns temas surgidos e refletidos nas minhas experiências de trabalho, no momento em que o profissional de arquivos, no Brasil, vem manifestando suas convicções e reivindicando as dimensões reais de sua estrutura profissional.

Quando se atinge esse estágio de consciência e participação, uma série de lutas, reivindicações e problemas comuns se fazem presente e são colocados em linha para que se possa priorizá-los e estabelecer etapas a serem vencidas e metas a serem atingidas. Nesse sentido, gostaria de lembrar a atuação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que tem se destacado por sua preciosa participação nesta seqüência de batalhas, travadas com a intenção de, antes de mais nada, definir as bases de nosso trabalho e criar o espaço necessário a sua plena realização.

Em vários momentos, fui obrigada a refletir sobre os problemas específicos de cada uma das áreas com que tenho me envolvido. Acabei por concluir que, à parte os assuntos próprios de cada

uma delas, é necessário pensar, paralelamente, nas questões que lhes são comuns, todas convergentes para o que chamarei aqui de espaço social e cultural.

A escolha do tema baseia-se, portanto, em duas razões principais. A primeira, como está claro, na convicção de que quaisquer problemas específicos e restritos à área de arquivos não poderão ser tratados ou encaminhados sem que tenhamos em mente uma visão e uma compreensão global do espaço de atuação e das várias categorias profissionais e atividades que o compõem. Outra razão, de ordem particular, refere-se a um projeto de pesquisa que desenvolvo atualmente, e que se constitui numa análise do surgimento, no Brasil, com ênfase nas décadas de 60 e 70, de uma série de entidades cujo objetivo, de modo geral, foi o de incrementar e desenvolver as áreas de documentação, pesquisa e informação.

Já por ocasião do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, tive a oportunidade de apontar e apresentar uma rápida análise da formação de uma estrutura paralela que se estaria cristalizando no Brasil, em função das deficiências de nossos arquivos, bibliotecas e serviços de informação, principalmente os de caráter público. Esta estrutura paralela teria surgido, não de movimentos organizados, mas espontaneamente, no mesmo momento e em vários pontos do país, principalmente nas universidades federais.

Inicialmente, esse movimento gera inquietude por não tratar-se de uma iniciativa restrita aos técnicos da área, mas sim de um movimento que envolveu os usuários, ou seja, cientistas e acadêmicos de um modo geral. Pareciam estar lutando para preencher determinadas lacunas cuja existência impedia o desenvolvimento de seu próprio trabalho. Tentaram, de certa forma, criar instituições que congregassem as várias áreas técnicas envolvidas no tratamento da documentação. O perfil desses centros, que não foram fruto de combinações prévias, chama a atenção para a problemática da "invasão de domínios".

Na realidade, tais instituições, além da tentativa de dinamizar os setores "fornecedores" da informação de que necessitavam, criavam espaços novos de trabalho (inovando-os inclusive na intenção de criar novas formas de abordagem) para os profissionais de arquivo, biblioteca e documentação. Esses cientistas, portanto, criaram e geriram esses órgãos, lidando com funções técnicas que, com a complexidade das

tarefas, apresentaram a necessidade inegável de absorver os recursos humanos especializados.

Foi na convivência e na vivência desses impasses que passei a me preocupar com a caracterização do campo de atuação do arquivista. Surpreendo-me muitas vezes com o fato de que nem ele mesmo tenha idéia das dimensões de seu espaço social e cultural, do qual sua categoria profissional e sua atividade específica é, apenas, uma das partes componentes.

Na área das ciências sociais e da história, por exemplo, trabalham no mesmo espaço e, em última instância, com os mesmos objetivos, historiadores, economistas, sociólogos, bibliotecários, jornalistas, arquivistas, restauradores, professores, técnicos em microfilmagem, etc. Cada um deles, dentro de sua especialidade e especificidade técnica ou científica, lida com a peculiaridade do suporte documental, seja para o tratamento ou para a utilização de suas informações.

Mesmo deixando à parte o pesquisador, o cientista, o usuário enfim, e detendo-nos no tratamento de suportes documentais, a conclusão é idêntica. Se nos encaminharmos para uma retrospectiva histórica, não será difícil localizar a origem comum das atividades de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. As bibliotecas, antes da criação da imprensa, quando compostas ainda por manuscritos, congregavam todos esses trabalhos. A especificidade técnica, que lamentavelmente acabou por transformar-se em divórcio, era inevitável e proporcional ao aumento da quantidade e da diversificação das informações a serem processadas e veiculadas. O historiador norte-americano, principalmente, quando começou a trabalhar como bibliotecário (de certa forma o mesmo ocorreu na Europa, na Holanda em especial) passou também a fortalecer o movimento de arquivos nos Estados Unidos. E provou, nessa atividade, que, no final das contas, cientistas e técnicos de setores distintos desempenhavam tarefas diferentes com objetivos harmônicos.

Hoje, no entanto, vivemos em uma sociedade onde crescem, cada vez mais, os níveis de especialização, ameaçada pela irracionalidade da fragmentação profissional. Essa divisão de trabalho, inegavelmente necessária, tem se tornando freqüentemente cisão. É o que, de certo modo, a Unesco tenta evitar quando cria organismos centralizadores que consigam congregiar áreas e instituições diversas.

Para nós, do chamado Terceiro Mundo, tem sido muito difícil tentar reproduzir esse tipo de procedimento em nossos países. Principalmente quando até a articulação dos profissionais ainda é tarefa penosa. Temos vários sistemas nacionais já criados no Brasil. Sua implantação e implementação, no entanto, tem apresentado enormes dificuldades.

Podem me perguntar, então, porque insisto tanto na questão de se refletir e trabalhar sobre um espaço maior de atuação, se não foi possível sequer realizar esse trabalho dentro dos próprios arquivos.

O que tento dizer é que, paralelamente a todo e qualquer trabalho a ser desenvolvido e à análise de toda e qualquer questão específica, a consciência do contexto em que atuamos e de nossas funções sociais é imprescindível.

O arquivista, lidando com arquivos correntes ou permanentes, lotado nos arquivos de um hospital, de um banco, de uma empresa, de uma universidade, do poder público, trabalhando com documentos coloniais ou com material estritamente técnico, estará sempre permeando todas as áreas do conhecimento e da administração. Nesse fazer permanente, o arquivista está, antes de tudo, trabalhando os registros da história, feitos a cada dia, a cada instante; estará em contato direto com a história, passada ou presente, com a memória viva de sua comunidade, de seu povo, que deve ser cuidada a qualquer preço. Não há como fugir disso.

O prof. José Honório Rodrigues em sua obra Vida e História demonstra como somos todos seus agentes. O conteúdo de um arquivo médico, por exemplo, é, na pior das hipóteses, uma parte da história da medicina no Brasil, da sua prática científica, de suas doenças, das instituições médicas e hospitalares brasileiras.

E é nesse sentido que desejo ser entendida: o arquivista, embora permeando todas as áreas, por mais técnicas que elas sejam, está, obrigatoriamente, desempenhando a tarefa de guardião e, mais do que isto, de tutor dos registros da história.

Num arquivo histórico isto é bastante evidente. Refiro-me a essa papelada cada dia maior que necessita de um tratamento adequado. As vezes nos escapa um pouco a extensão do trabalho que existe por fazer. Basicamente o que estamos e devemos continuar fazendo é preservar para o futuro a nossa história presente. É o mínimo. Se observarmos bem, veremos que a razão fundamental para que haja essa fragmentação profissional a que já me referi, essa

cisão não apenas entre profissionais de uma mesma área, é o espaço restrito do mercado de trabalho, ou seja, as categorias profissionais (e aqui vamos nos ater aos cientistas sociais e historiadores de um lado e aos arquivistas, documentalistas e bibliotecários de outro) têm uma luta constante pela sobrevivência, ou melhor, por um espaço para sobreviver.

Nessa luta, acabamos, quase que por inércia, por esquecer que estamos todos enfrentando o mesmo esquema de competição profissional, além da própria distorção da política cultural do país.

Estamos inseridos exatamente no âmago da política cultural brasileira. Não é por acaso que o prof. Aloysio Sérgio Magalhães está tentando definir e incorporar dentro de seu trabalho e, de certa maneira até, impor às outras áreas o conceito de bem cultural.

O que estou entendendo por cultura? Creio que seria qualquer realização material, qualquer criação ou produção material, intelectual e social que uma comunidade possa realizar.

E assim, como hoje falo da comunidade brasileira e de tudo que ela foi capaz de criar nesses quatrocentos e tantos anos de história, poderia também estar falando de uma sociedade indígena, e utilizando a mesma conceituação. Tudo o que uma sociedade é capaz de criar é por ela registrado. Nem sempre esse registro é físico (em um documento, numa pedra ou numa construção), mas o registro se faz na memória das pessoas.

Não sei se os presentes tiveram a oportunidade de assistir a um documentário intitulado Raoni, sobre as tribos indígenas do Xingu. Raoni, cacique de uma dessas tribos, presta, num determinado momento do filme, um depoimento no qual conta que os índios de sua tribo, em sua fase de adolescência, ficam reclusos e que uma das coisas mais importantes desse período de reclusão é o aprendizado da história do índio, através dos mais velhos.

A uma pergunta do repórter sobre o conteúdo dessa aprendizagem ele responde que aprendia a história do índio e a história do branco, acrescentando: "você sabe, o índio já conheceu o mar". . .

Vejam bem o que isso significa. Esses índios estão no interior do país e nunca viram o mar, o qual, para eles, é uma idéia e uma palavra em seu vocabulário. Entretanto, seus antepassados conheceram realmente o mar, viveram próximo a ele. E de que forma esse conhecimento pode ser perpetuado na me-

mória do índio de hoje, a não ser pela história oral? De que maneira ele poderá conversar e negociar com o branco sem conhecer a sua história?

Penso que esse depoimento é de uma lucidez tão selvagem que, exatamente por isso, não pôde ser absorvido por nossa sociedade. É uma idéia pura demais, talvez, para ser incorporada.

Esses conceitos acabam por ficar esquecidos e terminamos por viver sem eles, na ignorância da própria história.

Se lembro o depoimento de um índio, gostaria de me referir também ao pensamento do líder chinês Mao-Tse-Tung, que diz o seguinte: "O povo que não tem memória está condenado a repetir a sua história".

Eu não seria tão radical a ponto de dizer que nada deve ser repetido. Há o que deva ser retomado e enriquecido. Nesse sentido, lembrem-se que possuímos quatrocentos e poucos anos de história; é quase uma infância ainda, diante da história milenar do povo chinês, por exemplo. Estamos na hora exata de agir e fazer alguma coisa por nossa história.

Acho que sem esta visão global de onde estamos atuando e do que estamos fazendo exatamente, os resultados aparecerão, mas serão sempre uma realização absolutamente isolada. A vitória de um bibliotecário será apenas de um bibliotecário, o mesmo sucedendo com o arquivista, porque não estão, de modo algum, em sintonia. Trabalham com objetivos idênticos embora com técnicas diferentes.

Acredito que essa valorização profissional deva ser trabalhada em dois níveis: em primeiro plano, a valorização específica do trabalho desse profissional; e, em segundo, a tentativa de estar sempre presente, de alguma maneira, preenchendo todos esses espaços, em todas as áreas do conhecimento e da administração. Parece-me que, assim, todas as lutas específicas, todas as atividades particulares ganhariam um sentido mais amplo. A partir daí, todos os que estivessem trabalhando nessa linha veriam de forma bem nítida o verdadeiro sentido de bem cultural, podendo, inclusive, reivindicar uma política homogênea para nosso país. Da mesma forma que o pesquisador e o administrador não conseguem realizar seus trabalhos por falta de uma infra-estrutura arquivística, assim também o arquivista fica impedido de levar a termo sua tarefa em função dos próprios limites impostos a pesquisadores e administradores. Quero salientar, nesse sentido, o nome de Helena Corrêa Machado pelo trabalho que realizou interferindo diretamente na produção documental.

São as áreas em que existem técnicos, com direito de acesso, de interferência. Não quero dizer com isso, que, aqueles que trabalham num arquivo médico, por exemplo, devam fazer um curso de medicina, mas que, pelo menos, o acesso à prática científica do profissional da medicina lhe deva ser facultada.

Todos temos que batalhar por isso. Não vamos deixar que o autodidatismo solucione os problemas. Vamos tentar sistemas, tentar escolas e cursos de aperfeiçoamento.

Necessitamos de uma verdadeira prática de crescimento. Trata-se da nossa área de atuação. O que fazemos é manipular a informação em todos os níveis, e não foi por acaso que surgiu a ciência da informação. O que ela tenta fazer é firmar os elos entre a arquivística, a biblioteconomia, a documentação e a computação, sendo que a arquivística é a área marginalizada, exatamente pelo fato de os seus objetos de tratamento serem específicos e singulares.

Um documento é único, possui, no máximo, algumas cópias e pouca tiragem. A centralização de toda a informação é tarefa praticamente impossível. A ciência da informação surge para cobrir essa lacuna, da mesma forma que a documentação, no sentido estrito de elaboração de bibliografias, nasceu no século XIX, para ocupar o espaço deixado pelos bibliotecários que vacilaram e se recusaram a realizar determinado trabalho.

Essa deslize dos bibliotecários nos Estados Unidos, num momento de euforia, em que as bibliotecas públicas pensavam atingir toda a massa populacional, deixou um claro que foi preenchido pela documentação e que transformou a biblioteca num depósito de material, assim como fez com o arquivo e como está acontecendo, agora, com os documentalistas, que estão sendo cobertos pelos serviços de informação.

É o erro nunca corrigido. Como as falhas nem sempre são aparentes, ao invés de se tentar mudar, cria-se um novo profissional e a divisão vai-se tornando cada vez mais inconciliável.

Não quero ser tomada como uma pessoa que aqui veio, no Dia do Arquivista, para falar em outros profissionais. Ao contrário, por trabalhar com todos esses profissionais que mencionei, o que pretendo demonstrar é que todos estão estreitamente ligados, ou melhor, como todos deveriam estar ligados e não estão.

Gostaria de lembrar, ainda, um exemplo que acho admirável dentro do obje-

tivo de congregar áreas diversas, tendo o arquivo como ponto central e catalisador. Refiro-me aos trabalhos, debates, exposições, palestras e outras realizações do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, de que a maioria dos presentes deve ter tido a oportunidade de participar.

Começamos, portanto, a ver iniciativas que tentam cobrir esse espaço. É nesse sentido que eu pediria que não se distorça a noção de divisão do trabalho. Que dividir não seja, absolutamente, cindir irremediavelmente!

Em última instância, todos cuidam e realizam a tutela dos registros presentes da história, sejam eles técnicos de plantas, de projetos de instalações, documentos da era medieval, números, fitas cassetes ou filmes. Para tornar possível amanhã, que toda a comunidade brasileira (e esta é uma concepção muito democrática de trabalho) tenha a oportunidade de conhecer a sua própria história, para não condenar-se a repeti-la. Para poder recordar, como vimos no depoimento de Raoni.

Para finalizar, gostaria de lembrar aqui duas obras que considero preciosas para fundamentar essas reflexões: uma é *O Estrangeiro*, de Albert Camus. Há uma passagem em que o personagem-título é preso. Conta, então, que os primeiros tempos de prisão lhe foram muito difíceis, pois ainda tinha pensamentos de homem livre. Ele se lembrava do mar, da namorada e da janela de seu quarto, onde costumava se deixar ficar observando o movimento da rua. Até que um dia percebeu que podia recordar e, a partir daí, viver confinado e, mais ainda, que bastaria apenas um dia de vida livre para que pudesse conseguir passar até 100 anos naquela prisão.

A outra obra é um trabalho recente na área de psicologia social. Trata-se da tese de livre-docência, de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade*; memórias de velhos. A autora afirma não pretender escrever sobre a memória e muito menos sobre a velhice. A grande tese que defende é a de que nossa sociedade rouba ao velho o seu direito ao trabalho; e esse trabalho, sua grande aptidão, é lembrar; é a capacidade que ele possui de unir o começo ao fim. Na verdade não estará voltando ao passado, mas alargando as fronteiras do presente, no conhecimento desse mesmo passado.

Finalmente, gostaria de ler um pequeno trecho de um livro que, este sim, é um livro de cabeceira — Dom Casmurro, onde, logo no início, o autor conta haver tentado reproduzir a casa

em que viveu na infância, em Matabalvos; construiu-a idêntica e, em determinado momento, diz o seguinte: "O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar, na velhice, a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo. O que aqui está é, mal comparando, semelhante à pintura que se põe na barba e nos cabelos, e que apenas conserva o hábito externo como se diz nas autópsias; o interno não agüenta tinta".

Tomo esta passagem de Machado de Assis apenas para reforçar aquilo que tentei dizer durante todo o tempo: além da especificidade técnica, devemos procurar o que há dentro de nosso trabalho, que nenhuma tinta há de conseguir disfarçar. Se não realizarmos isto agora, não será possível voltar no tempo e realizar o que era preciso.

Penso que temos, dentro de nossas diversas áreas, nas ciências sociais e

humanas, um momento muito propício para a realização desse trabalho.

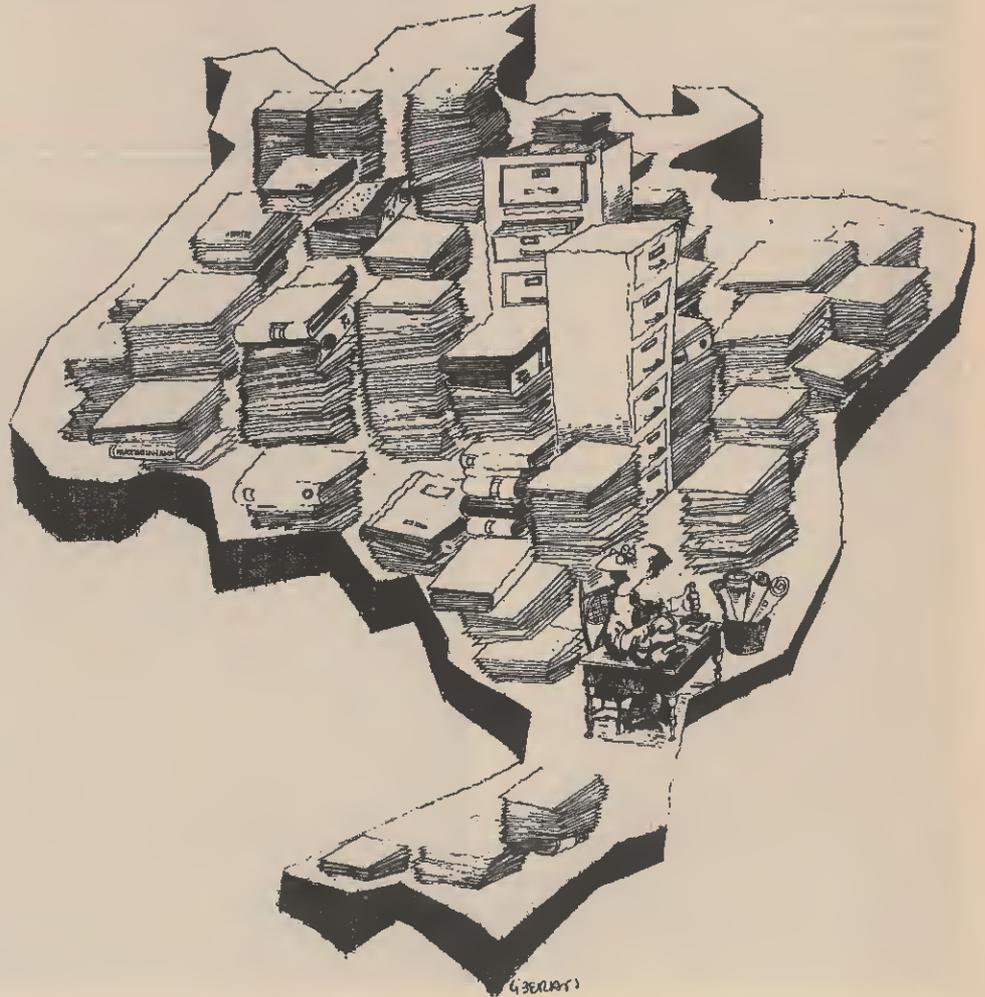
Vamos trabalhar fazendo uma divisão de tarefas mas apenas uma divisão de tarefas em torno de uma batalha comum que é a recuperação da nossa história, a presente ou a passada mas, a nossa história. A que todos temos o direito de conhecer, lembrar e escolher, repetir.

Arquivo Nacional no CIA

Em carta dirigida à diretora do Arquivo Nacional, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, o secretário executivo do Conselho Internacional de Arquivos-CIA, Charles Kecskeméti, comunica sua eleição como membro do Comitê Executivo daquele organismo internacional, para o período de 1982-1986.

A escolha da diretora do AN ocorreu na última Sessão Ordinária do CIA, realizada em Londres, em setembro último, por ocasião do 9.º Congresso Internacional de Arquivos.

A posse deverá ocorrer na Sessão Ordinária de 1983, que terá lugar em Praga, na Tchecoslováquia.



Associação Latino-Americana de Arquivo (ALA)

● A ALA, fundada em Lima, em 6 de abril de 1973, tem por finalidade servir de instrumento para uma efetiva colaboração entre os seus associados, mediante a unificação de critérios e o intercâmbio de experiências que acelerem o desenvolvimento integral do trabalho arquivístico e assegurem uma efetiva conservação e utilização do patrimônio documental latino-americano.

Os membros que compõem a ALA estão distribuídos em cinco classes a saber: a *classe A* é constituída pelos arquivos gerais, centrais, nacionais ou direções gerais ou centrais de arquivos, qualquer que seja sua denominação, desde que sejam os representantes oficiais de seu país em matéria arquivística.

Os membros da *categoria B* são as associações arquivísticas nacionais de caráter profissional. A *classe C* é integrada por arquivos históricos, administrativos, regionais, departamentais, particulares ou privados. As escolas e centros de ensino arquivístico são classificados como membros da *classe D*. E, finalmente, os membros da *categoria E* são os arquivistas individuais. A cada classe corresponde uma cota anual de contribuição: classe A, 100 dólares; classe B, 75 dólares; classe C, 50 dólares; classe D, 25 dólares e classe E, 15 dólares.

Para filiar-se à ALA, os interessados deverão solicitar sua admissão como membro, por escrito, e encaminhá-la ao Secretário General de ALA — Archivo Nacional — Calle 24, nº 5-60 — 4º piso — Bogotá — Colômbia.

● Em sua Assembléia Geral, realizada em Ottawa, Canadá, durante o mês de maio de 1980, a ALA designou os presidentes e relatores dos seguintes Comitês de trabalho:

— Comitê de Legislação: Presidente — Rafael A. Piédra Solís, Palácio Legislativo, Av. Diez de Agosto, 1739, Quito — Ecuador; Relator — Janer González Echenique, do Chile;

— Comitê de Formação de Pessoal: Presidente — Aurélio Tanodi, Hipólito Irigoyen, 174, 5000 — Córdoba — Argentina; Relator — José Pedro Pinto Esposel, do Brasil;

— Comitê de Terminologia: Presidente — Luz Alba Chacón de Umaña, Apartado, 10217, San José — Costa Rica; Relator — Luis Guillermo Alvarez, da Colômbia;

— Comitê de Restauração e Conservação: Presidente — Edith de Osório, Apartado, 6618, Panamá, 5 — Panamá;

Relator — Noemí de Greiff, da Colômbia.

Qualquer sugestão ou colaboração deverá ser encaminhada aos presidentes dos Comitês, objetivando estabelecer maior intercâmbio entre os profissionais de arquivo, bem como possibilitar um melhor desempenho das funções para as quais foram criados.

Cinquentenário da Casa de Rui Barbosa

Foi comemorado, no dia 5 de novembro, o cinquentenário da Fundação Casa de Rui Barbosa. As solenidades foram iniciadas com a palestra do ex-Ministro da Educação, Eduardo Portella, abordando o tema *Cultura e Educação*.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, na ocasião, carimbo comemorativo da data.

As festividades foram ainda marcadas pelo lançamento do livro *Rui, sua casa e seus livros*, e pela entrega do prêmio destinado a universitários que participaram do concurso intulado *A Casa Rui Barbosa — sua arquitetura e sua história*.

Ao final da solenidade inaugurou-se a exposição *Botafogo — Memória de um bairro*, constituída de fotografias de Marc Ferrez, Malta e outros, bem como de gravuras e óleos. A mostra ficou aberta ao público até o dia 19 de dezembro.

A Casa de Rui Barbosa tem sua origem na criação de um museu instalado na residência de Rui, que ali habitou

de 1895 a 1923. O museu foi inaugurado, em 1930, pelo Presidente Washington Luiz.

Em 1966, a Casa foi transformada em Fundação, e teve suas atividades culturais ampliadas. Integram sua estrutura atual o Centro de Pesquisas, que abriga o Setor de Filologia, de Direito e o Ruião, o Centro de Documentação que reúne o Arquivo Histórico, a Biblioteca, o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentação Gráfica, o Centro de Estudos Históricos, o Instituto de Preservação e Microreprodução da Hemerografia Brasileira, que recentemente instalou seu laboratório de microfilmagem e o Arquivo-Museu de Literatura.

Arquivo? Nacional?

Recentes declarações da diretora do Arquivo Nacional à imprensa demonstram suas preocupações em relação aos destinos da instituição que tem sob sua responsabilidade. Segundo Celina Moreira Franco, o Arquivo Nacional não é um arquivo e muito menos nacional.

Como arquivo, deveria receber toda a documentação produzida pela administração federal e guardá-la de maneira segura. Suas precárias condições de instalação, entretanto, tornam a tarefa quase impraticável.

Por ser nacional, deveria ser o desaguadouro natural de toda a documentação produzida pelas diversas repartições federais, em todo o território nacional, fato que não ocorre por não dispor de um instrumento legal que obrigue os



órgãos governamentais ao recolhimento sistemático de documentos.

É contra esse estado de coisas que se faz necessário lutar, visando dar ao Arquivo Nacional a posição que ele deve realmente ocupar no cenário cultural e histórico do país.

Desinfestação do Arquivo Nacional

Com suas fundações de madeira atacadas pelos cupins, bem como o madeiramento datado de 1818, o Arquivo Nacional foi fechado, de 19 a 26 de janeiro,

para aplicação de gás exterminador de ovos, larvas, pupas e cupins adultos que ameaçavam sua estrutura. Igual procedimento foi adotado em 1971 — há 10 anos, portanto — e, naquela ocasião, nenhum vestígio desses insetos foi encontrado.

Os serviços foram executados pela firma Agronomia, Prestação de Serviços e Planejamento, responsável pela desinfestação anterior. O método utilizado foi o gás, único processo que consegue atingir locais inacessíveis, uma vez que as colônias de cupins foram localizadas nos vigamentos de sustentação do assoalho e do teto.

Embora os cupins tenham sido descobertos em abril de 80, por ocasião de uma vistoria feita por engenheiro do Ministério da Justiça, somente no fim do ano foi liberada a verba de 3 milhões de cruzeiros destinada à reaparelhagem do Arquivo Nacional para prevenção de incêndios, melhoria das instalações elétricas e eliminação dos cupins.

Arquivo da Cidade do RJ

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro desenvolveu sobre o tema *O Rio de Janeiro nos Primeiros Tempos*



Foto Malta — Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

da República duas interessantes atividades.

A primeira delas foi uma exposição fotográfica que esteve aberta ao público de 17 de novembro a 30 de dezembro. A segunda, um ciclo de palestras, compondo um painel das transformações ocorridas na cidade durante os primeiros governos republicanos, com ênfase especial nas administrações de Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos.

As palestras se realizaram no próprio Arquivo, na Sala Restier Gonçalves, de 17 de novembro a 9 de dezembro, sob a coordenação do prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, chefe do Serviço de Apoio Cultural daquela entidade.

O ciclo de palestras obedeceu à seguinte programação: *Poder e Política nos Primeiros Governos Republicanos*, prof. Carlos Augusto Addor; *Industrialização e Dinâmica Social no Rio de Janeiro*, prof. Eulália Maria Lahmeyer Lobo; *O Pensamento Social Brasileiro nas Primeiras Décadas Republicanas*, prof. Gisálio Cerqueira Filho; *Lutas Sociais nos Primeiros Tempos Republicanos*, jornalista Edmundo Moniz; *Eclitismo e Art-Nouveau na Paisagem Carioca*, prof.ªs Giovanna Rosso Del Brenna e Irma Arestizabal; *Habitação e Movimento Social no Rio de Janeiro*, profs. Ana Clara T. Ribeiro, Amélia Rosa Sá Barreto Teixeira, Roseli Elias e Jaime Larry Benchimol; *A Vida Literária no Rio de Janeiro (final do século XIX e início do século XX)*, escritor Antônio Carlos Villaça e *A Música no Rio de Janeiro na Virada do Século*, prof. Ricardo Tacuchian.

Arquivo Municipal de Campina Grande

Foi assinada, em 25 de junho de 1980, pelo Prefeito de Campina Grande, Paraíba, a Lei nº 599/80, criando o Departamento de Patrimônio Cultural, subordinado à Secretaria de Educação do Município, ao qual ficou vinculado o Arquivo Público daquela cidade.

Integram ainda o Departamento as Divisões de Bibliotecas, de Museus e de Cinemas e Teatros.

Concurso para Professor Titular

O prof. José Pedro Pinto Esposel, diretor do Instituto de Arte e Comunicação da UFF, sócio-fundador da Associação dos Arquivistas Brasileiros e atual presidente de seu Conselho Deliberativo, obteve a nota máxima no concurso público para titular da cadeira de Arquivologia daquela Universidade.

A tese então defendida, *Introdução à Arquivologia: roteiro de ensino*, foi assim resumida pelo próprio prof. Esposel: "Guia para o ensino de introdução à Arquivologia, matéria do currículo dos cursos de Arquivo a nível de terceiro grau. Instrumento para orientação de professores, contendo sugestões de procedimentos didáticos, breve abordagem sobre os temas do programa e bibliografia comentada".

Estágios de Arquivologia

A partir de 1981 o Instituto Euvaldo Lodi está admitindo, em seus quadros, estagiários das áreas de Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Comunicação Social, Economia, Serviço Social, Pedagogia, História e Matemática.

Os interessados poderão obter maiores informações no próprio Instituto, situado à Rua Santa Luzia, 685, 119 andar, Rio de Janeiro.

Registros Profissionais

Do Rio Grande do Norte nos chega notícia dos primeiros profissionais de arquivo a requererem os benefícios da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamentou as profissões de arquivista e técnico de arquivo.

Zilda Lopes do Rêgo e Vanilde de Souza Rêgo obtiveram seus registros junto à Delegacia Regional do Trabalho daquele Estado, os quais receberam os números 1 e 2 respectivamente.

Formatura de Arquivologia na UNI-RIO

No dia 11 de dezembro, realizou-se no auditório da UNI-RIO, cerimônia de colação de grau dos formandos em Arquivologia daquela Universidade. A turma teve como patrono o Deputado Célio Borja, impossibilitado de comparecer por motivo de saúde. A escolha do paraninfo recaiu sobre o jornalista Roberto Marinho que se fez representar pela diretora do Centro de Documentação da Rede Globo de Televisão, Edna Palatnick Benoliel, que leu o discurso, do qual destacamos algumas passagens.

Sobre a lembrança de seu nome para paraninfar a turma disse: — "A escolha é, por si, lisonjeira. Permitam-me, porém, dizer que ela cresce de significação, quando me é dito, como vocês me disseram, pelo seu porta-voz, Fábio Lemos Ramos, que a escolha recaiu no meu nome pelo que têm feito as Organizações Globo em benefício

da preservação da Memória Nacional e pela abertura de novos caminhos para a pesquisa documental em nosso país".

"Considero perfeitamente legítima e oportuna a luta em que se empenham os profissionais da Arquivologia para dar-lhe, entre nós, o relevo e a dignidade que deve ter."

"Sinto-me, mais uma vez, feliz por saber que o trabalho da Fundação Roberto Marinho não lhes passa despercebido, quando se esforça para o conhecimento e a exaltação de nossos valores culturais."

Dando destaque ao trabalho desenvolvido pela Fundação, nas áreas da Arquivologia e da Documentação, como por exemplo o Projeto da Casa dos Contos, em Ouro Preto, e a classificação e catalogação de acervos como os de Portinari e Djanira, Roberto Marinho salientou:

— "Porque é boa a causa, não poupamos esforços quando se trata de mobilizar a opinião pública e conquistá-la, com empenho crescente, para a missão civilizadora de resguardar o que é a principal riqueza do Brasil: — a sua dimensão histórica, artística e cultural."

Disse ainda: — "Não é outro o motivo porque se diz, com razão, que o progresso não pode existir sem apreço pelo passado. A renovação, longe de ser incompatível, é inseparável da tradição, dessa permanente entrega que vai de mão em mão, de geração em geração".

Acrescentou: — "Nenhuma nação pode erocar o futuro se não detém o segredo de seu passado. O próprio presente só é interpretável enquanto são visíveis as raízes que o alimentam e explicam".

Comissão de Estudos de Arquivologia

Dando prosseguimento à programação iniciada em 1980, o Grupo de Trabalho para Elaboração de Critérios de Avaliação de Documentos, que integra a Comissão de Estudos de Arquivologia da ABNT, CB-14, distribuiu a circular e o questionário transcritos em seguida, objetivando desenvolver estudos sobre a delimitação e fixação de critérios para avaliação de documentos.

Ao divulgar tais instrumentos de trabalho, a ABNT espera poder contar com a colaboração de tantos quantos estão envolvidos com a administração dos arquivos e dos documentos.

Prezado Senhor

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) está desenvolvendo um estudo sobre a delimitação e fixa-

ção de critérios para avaliação de documentos produzidos e recebidos por órgãos da administração direta e indireta, criados pelo poder público, instituições privadas, bem como da área do legislativo e do judiciário.

Com este estudo a ABNT pretende, principalmente, estabelecer normas e padrões para guarda, acesso, eliminação e reprodução (microfilmagem ou qualquer outra forma de reprografia) de documentos, o que facilitaria enormemente as atividades de arquivamento nas instituições públicas e privadas.

Desta forma, e tendo em vista estes objetivos, estamos remetendo a V.Sa., o anexo questionário. Solicitamos que determine o seu preenchimento com clareza e objetividade, o que garantirá à ABNT alcançar o seu propósito.

Na oportunidade aproveitamos para informar a V.Sa. que as respostas do questionário anexo deverão ser encaminhadas à ABNT, no endereço a seguir indicado, no prazo de 30 dias a contar da data desta carta.

Atenciosamente, com os protestos de nossa elevada estima e consideração, Irene M. Dória, Presidente CB-14. ABNT, Subcomitê de Documentação. Comissão de Estudos de Arquivologia, Av. 13 de Maio, nº 13, 28º andar, Rio de Janeiro.

Questionário sobre avaliação e destinação de documentos de arquivo

1. A instituição dispõe de arquivo?
2. Em caso afirmativo de que natureza (corrente, intermediário, permanente)?¹
3. Quais os tipos de documentos produzidos pela instituição?
4. Quais os tipos de documentos que a instituição recebe?
5. A instituição dispõe de tabela de temporalidade nos arquivos?
6. Qual o documento mais antigo arquivado na instituição e sua data de emissão?
7. Quais os documentos mais consultados pelos usuários da própria instituição?

1 Arquivo corrente: arquivo de documentos em curso. Também denominado arquivo de movimento.

Arquivo intermediário: depósito transitório de documentos procedentes de arquivos correntes e que aguardam sua destinação final.

Arquivo permanente: arquivo que é preservado, após as operações de destinação, em decorrência do seu valor probatório e informativo de caráter permanente.

8. Quais os documentos da instituição mais consultados pelo público?
9. Os documentos que não são mais utilizados pela instituição são encaminhados a outra(s) instituição(ões)? Qual(is)?

Acesso os documentos

10. A sua instituição permite o acesso² de qualquer pesquisador aos seus documentos arquivados?
11. A instituição exige autorização específica para o acesso aos documentos arquivados?
12. Quem estabelece as normas de acesso aos documentos arquivados?
13. Quando os documentos arquivados ficam liberados à consulta do público?

Eliminação de documentos

14. A entidade elimina³ documentos?
15. Antes da eliminação, os documentos passam pelo processo de avaliação?⁴
16. São lavrados termos de registro para os documentos eliminados?
17. Como é feita a avaliação do documento a ser eliminado?
18. Quem estabelece os critérios de eliminação?
19. Quem é o responsável pela eliminação?

Microfilmagem dos documentos

20. A instituição utiliza o processo de microfilmagem?
21. Quais os critérios de seleção dos documentos a serem microfilmados?
22. Qual a destinação dos originais dos documentos microfilmados?

Associações de Arquivo

Os volumes V e VI do *Boletim Interamericano de Archivos, 1978-79*, editado pelo Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos, da Escuela de Archiveros da Universidade Nacional de Córdoba, publica interessante matéria sobre associações profissionais de arquivistas, de autoria do prof. Aurélio Tanodi.

2 Possibilidade de consulta aos documentos de arquivos, as quais poderão variar em função de cláusulas restritivas.

3 Descarte de documentos julgados destituídos de valor para a guarda permanente, por meio de incineração, maceração, fragmentação ou venda como papel velho.

4 Processo de análise da documentação de arquivos, visando estabelecer a sua destinação (guarda permanente ou eliminação), de acordo com seus valores probatórios ou informativos.

Podem ainda ser encontrados, na mesma publicação, os estatutos do Conselho Internacional de Arquivos, da Associação Latino-Americana de Arquivos e das associações arquivísticas das seguintes regiões e países: Brasil, Argentina, Caribe, Canadá (Quebec), Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, México, Peru e Venezuela.

As páginas 139 a 162 trazem notícias diversas sobre as atividades e peculiaridades das associações citadas, bem como sobre as da Bolívia e Colômbia, além de dois trabalhos dedicados às Associações dos Arquivistas Franceses e Alemães, escritos respectivamente pelos profs. Etienne Taillemite e Rolf Nagel.

Ainda neste número inicia-se a publicação de uma seção dedicada a professores e profissionais de Arquivologia, intitulada *Para que nos conheçamos melhor*, na qual são arrolados os nomes de personalidades da área, seguidos de seus respectivos currículos e outras informações pertinentes.

Associação Gaúcha dos Bacharéis em Arquivologia

Foi criada a 22 de maio de 1980 a Associação Gaúcha dos Bacharéis em Arquivologia — AGBA, com sede em Santa Maria, com o objetivo de reunir em seu quadro social os graduados em Cursos de Arquivologia do Rio Grande do Sul.

A AGBA tem por finalidades: 1 — Defender os interesses da Arquivologia e de seus associados. 2 — Contribuir para o bom relacionamento entre a entidade e outras congêneres no Brasil. 3 — Estimular o aprimoramento da cultura arquivística entre os associados e difundir a Arquivologia na comunidade. 4 — Prestar assistência e dar informações aos associados e à coletividade, em geral, para o engrandecimento da pátria e a preservação da memória nacional.

A primeira diretoria da AGBA está assim constituída: Presidente: Clara Marli Scherer Kurtz; Vice-Presidente: Ana Regina Berwanger; Secretária: Ana Lúcia Maciel Weinmann. Diretoria Financeira: Luiz Francisco Mazzo Martins e Isabela Ventura dos Santos. Diretoria Cultural: Ana Belmira Rocha e Fátima Lúcia Mesquita.

Cursos

- A Associação Brasileira de Imprensa promoveu, de 1º de outubro a 8 de dezembro de 1980 curso de especialização extra-curricular sobre *Métodos de Pesquisa e Documentação Jornalística*

destinado a jornalistas, professores, formandos e bacharéis em Comunicação Social, Ciências Sociais ou História.

● O Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte, Natal, promoveu curso interno de *Treinamento sobre Técnicas e Métodos de Arquivo*, destinado aos responsáveis pelos arquivos setoriais de órgãos da administração direta e de autarquias do Estado. O Arquivo Público do Rio Grande do Norte, órgão responsável pela implantação do Sistema Estadual de Arquivo, enviou à AAB a programação do curso, desenvolvido em parte teórica e prática. A teórica teve a duração de seis horas de aula, e versou sobre Arquivo — conceito, importância, funções e classificação. O Sistema Estadual de Arquivo. Critérios para avaliação de documentos: noções, valores, seleção, diferença entre seleção e avaliação, ciclo vital dos documentos (teoria das três idades dos arquivos). Crimes cometidos contra os documentos. A parte prática dedicou quatorze horas às seguintes matérias: Arquivamento de documentos — preparo, guarda, elaboração de fichas. Métodos de arquivamento: alfabético, geográfico, por assunto e numérico simples.

● De 24 de novembro a 4 de dezembro de 1980, realizou-se, em Quito, Equador, o Curso Regional Latino-Americano sobre Recopilação, Armazenamento, Difusão e Serviços de Informação e Dados Sócio-econômicos. Este curso resultou de iniciativa da Unesco, com a cooperação das seguintes entidades: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina e Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología. Participaram, como convidados, os representantes do Brasil: Catarina Gontijo de Souza Lima, diretora da Divisão de Documentação Audiovisual do Arquivo Nacional; Célia Camargo de Simone, coordenadora do Setor de Documentação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas; e Luis Ewerton Gazola, do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Minas Gerais.

O Curso, além de apresentar discussões sobre novas técnicas e métodos de indexação e tratamento de documentos relativos à área de ciências sociais, forneceu subsídios e informações para a montagem de sistemas nacionais e regionais de informação em ciências sociais na América Latina e países em desenvolvimento em geral.

● Numa promoção do Cenadem realizou-se, de 28 a 30 de janeiro último, o *Curso sobre sistemas de microfilmagem*, ministrado pelo prof. Antonio Paulo de Andrade e Silva.

O curso foi complementado por visita técnica realizada num grande centro de microfilmagem com vistas ao conhecimento prático das operações micrográficas.

Bolsas de Estudos da OEA

A OEA, por intermédio do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural, e o Governo da Espanha ofereceram, como vêm fazendo todos os anos, bolsas de estudos para o Curso de Organização e Administração de Arquivos Históricos, ministrado pela Escola de Documentalistas da Direção Geral de Arquivos e Bibliotecas de Madri.

Quinze bolsas foram oferecidas para o curso que teve seu início a 17 de fevereiro último e cuja duração será de quatro meses, distribuídos em 50 dias dedicados a aulas teóricas e, o restante, a aulas práticas a serem desenvolvidas em diversos centros de documentação do país.

O curso tem como principal objetivo proporcionar treinamento a funcionários de arquivos históricos, no que diz respeito a sua organização, direção, classificação e preservação.

Reuniões, Congressos, Seminários.

Sociodata

Com o patrocínio da Fundação Ford e colaboração da Fundação Getúlio Vargas, realizou-se, de 25 a 27 de junho de 1980, uma reunião informal e eminentemente técnica para debater o Sistema Nacional de Documentação em Ciências Sociais (Sociodata).

O programa da reunião focalizou, essencialmente, a *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais*, editada pelo IBICT, uma vez que o levantamento bibliográfico se constituiu no instrumento fundamental para o trabalho de cooperação realizado por órgãos de informação e para a própria viabilização do Sociodata.

A *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais* é objeto de um convênio firmado entre o CNPq/IBICT e a FGV.

A reunião estiveram presentes renomados especialistas da área de documentação, representantes do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS) — atualmente sob a presidência de Luiz Simões Lopes, presidente da FGV — do Arquivo Nacional, na pessoa de sua diretora-geral, Celina do

Amaral Peixoto Moreira Franco e de Regina Alves Vieira, coordenadora de Cursos e também presidente da AAB.

A Revolução de 30

Promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO), ambos da Fundação Getúlio Vargas, realizou-se, de 22 a 25 de setembro de 1980, seminário comemorativo dos 50 anos da Revolução de 1930. O evento, realizado no auditório do Instituto Brasileiro de Administração Municipal — IBAM, Rio de Janeiro, teve sua programação constituída por sete mesas-redondas.

O primeiro debate teve como objetivo reavaliar a Revolução de 30 como momento de continuidade ou ruptura no sistema político brasileiro. Sob a presidência do ex-Ministro Vitor Nunes Leal, os trabalhos foram abertos pelo prof. Afonso Arinos de Mello Franco e contaram ainda com a presença dos profs. Aspásia Camargo, do CPDOC, Francisco Weffort, da USP, Elisa Pereira Reis, do IUPERJ, John Wirth, da Universidade de Stanford e do cientista político Joseph Love, da Universidade de Illinois. A política das Forças Armadas no período de 1930 a 45 foi a temática em torno da qual se desenvolveram as palestras e debates da segunda mesa-redonda. Participaram como expositores e debatedores os professores Frank MacCann, da Universidade de New Hampshire, José Murilo de Carvalho, da FGV, Alain Rouquié, do Instituto de Estudos Superiores da América Latina, de Paris, Edmundo Campos, do IUPERJ e Helofsa Fernandes, da USP.

Presidida pelo prof. Evaristo de Moraes Filho a terceira mesa-redonda reuniu Angela Maria de Castro Gomes, da FGV, Robert Levine, da Universidade Stone Brook, Wanderley Guilherme dos Santos, do IUPERJ, Maria Hermínia Tavares de Almeida, da Unicamp, Francisco Weffort, da USP, e Luis Werneck Vianna, também do IUPERJ, que focalizaram, sob diversos ângulos, As Classes Populares, a Política Social e a Sindicalização.

Educação e Cultura no Regime Vargas foi o tema abordado por Simon Schwartzman, Sérgio Micelli e Luiz Antonio da Cunha, da FGV e por Daniel Levy, da Universidade de Yale, durante a quarta mesa-redonda, presidida pelo prof. Alberto Venâncio Filho.

Francisco de Assis Barbosa comandou os debates da quinta reunião que teve a participação dos professores Lúcia



Lippi Oliveira, da FGV, Guerreiro Ramos, da Univerisdade da Califórnia do Sul, Bolivar Lamounier, do CEBRAP e Hélió Trindade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo enfoque foram os Intelectuais e a Ideologia.

Os debates em torno das Relações Internacionais, Política Externa e a Revolução foram conduzidos pelo historiador José Honório Rodrigues e contaram com a participação de Gerson Moura, da FGV, Carlos Diaz Alexandro, da Universidade de Yale, Ricardo Seitenfus, do Instituto Universitário de Estudos Internacionais Superiores, de Genebra, Marcelo de Paiva Abreu, da

UFRJ, Regina Soares de Lima, do IUPERJ e Celso Lafer.

A sétima e última mesa-redonda do seminário teve no economista Celso Furtado, hoje professor da Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais de Paris, um debatedor entusiasmado que assim se referiu ao evento: "trata-se de um formidável esforço de reflexão sobre o Brasil, o que, para quem vive fora do país, é motivo de orgulho e satisfação".

A seu lado participaram ainda do encerramento do seminário os professores Luciano Martins, do Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris, Guilherme O'Donnell, do CEDES, de

Buenos Aires, Daniel Pecaú, também da Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais de Paris, Fernando Henrique Cardoso do CEBRAP e o jurista Raimundo Faoro, que presidiu os debates.

II Congresso Nacional de Arquivistas

Em Medellín, de 19 a 4 de outubro de 1980, realizou-se o Segundo Congresso Nacional de Arquivistas, promovido pela Associação Colombiana de Arquivistas.

I Encontro Latino-Americano de Estudantes de Arquivologia

Numa promoção da Universidade Federal de Santa Maria, através de seu Departamento de Documentação e do Curso de Arquivologia, realizou-se, de 28 a 31 de outubro de 1980, no Salão Nobre do Fórum de Santa Maria, RS, o *I Encontro Latino-Americano de Estudantes de Arquivologia*.

Do programa constaram palestras proferidas pelo prof. José Pedro Pinto Esposel, diretor do Instituto de Artes e Documentação da UFF e representante da AAB no evento; Marisa Bottino da UFF, que abordou o tema *Cursos de Graduação e a Formação Profissional do Arquivista — Adequação de Currículos. A Utilização do Estagiário no Mercado de Trabalho* foi a temática escolhida pelo arquivista Wagner Corbo, da UNI-RIO; *Questões de Arquivologia*, pela prof.^a Astréa de Moraes e Castro e *Documentação Arquivística*, por Heloisa Liberalli Bellotto, da USP.

O prof. Aurélio Tanodi, Diretor do Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos, de Córdoba, Argentina, falou sobre *Formación de Archiveros Latino-americanos, Formación de Docentes en la Escuela de Archiveros de Córdoba* foi a exposição do prof. Jorge Emiliani, da Universidad Nacional de Córdoba; Enrique Laverde, arquivista peruano, falou sobre *El Personal de Archivo y su Formación en Perú, Bolívia e Costa Rica*. Maria Cuartas, arquivista da Colômbia, escolheu *La Participación de la Mujer en la Profesión Archivística Latinoamericana* como tema de sua palestra. *El Personal de Archivo y su Formación en Ecuador, Guatemala, Honduras e Haití e El Personal de Archivo e su Formación en la República Dominicana* foram assuntos abordados respectivamente pelo arquivista Luiz Haro, do Equador, e por Diomedes Peña, arquivista dominicano.

No dia 31, foram realizados dois painéis, que versaram sobre *A Importância das Bases Filosóficas, Sociológicas e Antropológicas no Planejamento Curricular do Curso de Arquivologia — Auto-análise do Desempenho Profissional Face a Praticidade, Funcionalidade e Aplicabilidade das Disciplinas e Princípios e Normas Jurídicas da Atividade Arquivística*.

Do primeiro, participaram como debatedores as arquivistas Anna Belmira Simor Rocha, Ana Regina Berwanger e Luis Francisco Mazo Martins, sob a coordenação da prof.^a Darcila de La Canal Castelan, da UFSM; os profs. Oscar Mombach, Francisco Pires de Bem,

ambos da UFSM, José Pedro Esposel, da UFF, e Astréa de Moraes e Castro, da Câmara dos Deputados, Brasília, foram os debatedores do segundo painel. Antes do encerramento das atividades foram ainda realizadas duas palestras pronunciadas pelos profs. Carlos Aléssio Rosasto é José Antonio Fernandes, da UFSM, que falaram respectivamente sobre um *Projeto de Implantação de Sistemas de Arquivo-Diretrizes* e sobre *A Desburocratização e a Informação como Instrumento de Gerência*.

Resultaram do Encontro as seguintes proposições e moções:

Proposições

1. Que seja dirigido ofício às autoridades competentes, no Brasil, solicitando a imediata criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Arquivologia.
2. Que seja solicitada às autoridades competentes, no Brasil, cumprindo dispositivo legal, a criação de cargos de arquivista nos quadros dos serviços públicos — federal, estaduais e municipais.
3. Que seja incluído o estudo das línguas espanhola e portuguesa, respectivamente, nos currículos das escolas do Brasil e da América Latina.
4. Que se promovam estudos para a harmonização dos programas de ensino arquivístico na América Latina.
5. Que se promovam estudos visando a elaboração de um Código de Ética Arquivística Latino-Americana.
6. Que se promovam as medidas necessárias junto às entidades internacionais para que elas propiciem a possibilidade da presença de representantes de todas as escolas de Arquivologia da América Latina nos futuros encontros desta natureza.
7. Que se incentive a criação de cursos profissionalizantes de técnico de arquivo.
8. Que seja mantido um intercâmbio de alunos, inclusive através de bolsas de estudos, entre as diversas escolas latino-americanas de Arquivologia.
9. Que sejam promovidos estudos para uma melhor adequação dos conteúdos programáticos dos cursos de Arquivologia, atendendo às necessidades do exercício profissional.
10. Que as associações de arquivistas dêem apoio aos recém-formados em Arquivologia, principalmente quando encontrarem dificuldades em relação ao mercado de trabalho.
11. Que seja proporcionada oportunidade de estágios práticos aos recém-graduados, em instituições públicas ou privadas que tenham seus arquivos or-

ganizados cientificamente e supervisionados por profissionais competentes.

12. Que os cursos superiores de arquivologia sejam divulgados junto às comunidades, com vistas a uma conscientização e ampliação dos campos de estágio.

13. Que os próximos encontros desta natureza se realizem de dois em dois anos.

Moções

1. De reconhecimento à Universidade Federal de Santa Maria, ao ensejo de seu vigésimo aniversário de fundação, pela realização do *I Encontro Latino-Americano de Estudantes de Arquivologia*, que se constitui em iniciativa de alto mérito e significação.
2. De agradecimento ao reitor da Universidade Federal de Santa Maria por ter tornado possível este Encontro, de seu apoio — para que outros venham a se realizar.
3. De agradecimento e aplausos ao diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas, professor Pedro Lecueder Aguirre, à coordenadora do Curso de Arquivologia, professora Darcila de La Canal Castelan, à chefe do Departamento de Documentação, professora Zaíra Teixeira Napoleão e à equipe de professores e alunos do Curso de Arquivologia, pela efetivação deste Encontro.

I Reunião Brasileira de Museologia

Em assembléia geral ordinária, realizada nos dias 29 de agosto e 15 de setembro, no auditório do Serviço de Documentação Geral da Marinha, a ABM deliberou sobre a modificação de sua denominação de Associação Brasileira de Museologistas para Associação Brasileira de Museologia.

Já com seu novo nome, a ABM realizou, de 24 a 26 de novembro de 1980, a *I Reunião Brasileira de Museologia*, tendo como temário *O Processamento Técnico de Bens Culturais: Tombamento, Catalogação e Fichamento*. Objetivando estreitar as relações entre os profissionais de museu, a Reunião pretendeu ainda ser uma preparação para o *VII Congresso Nacional de Museus* a realizar-se em maio próximo. Para tanto, procurou fazer um levantamento, a nível nacional, dos problemas cruciais e das necessidades mais prementes do complexo museológico brasileiro. A variedade metodológica empregada no processamento técnico de bens culturais foi estudada em profundidade, buscando novas idéias e revitalizando as anti-

gas, com o objetivo de encontrar soluções adequadas que possibilitem adaptar as modernas técnicas de processamento da informação ao campo da museologia.

13.º Congresso Anual de Celulose e Papel

A Associação Técnica Brasileira de Celulose e Papel promoveu, em 28 de novembro de 1980, no Palácio das Convenções do Anhembi, São Paulo, seu 13.º Congresso Anual, no qual foram apresentados os temas: Conservação Documental — aspectos utilitários, prof. Sérgio Marcos de Moraes Pitombo; Velatura — uma técnica fundamental em restauração de papel, prof.ª Gilda Léfèbvre; Homeofibragem — processo de incorporação de fibras em papéis deteriorados, prof. Edson Motta; Manual Técnico do Laboratório de Conservação e Restauração da Fundação Casa de Rui Barbosa, prof.ª Maria Luiza Ramos de Oliveira Soares.

Complementando a programação, realizou-se mesa-redonda sobre *O que conservar? Critérios e prioridades*, que contou com a participação de todos os expositores, tendo como moderador o prof. Benjamin Solitrenick, diretor da Divisão Cultural do Papel, da ABCP.

11.º Simpósio Nacional da ANPUH

A Associação Nacional de Professores Universitários de História realizará, em João Pessoa-PB, de 19 a 25 de julho próximo, seu 11.º Simpósio.

No temário estão incluídos a História, a Historiografia e o Historiador; as pesquisas em andamento; a metodologia e técnica do ensino e da pesquisa histórica, bem como as fontes primárias e secundárias da Historiografia. Serão também oferecidos aos participantes cursos sobre História Antiga e Medieval, Moderna e Contemporânea, do Brasil e Regional.

Mesas-redondas, debates e conferências estão programados, abrangendo as áreas de Metodologia e Teoria, Historiografia, Documentação Histórica, Ensino, Formação Profissional e Processo Histórico.

Os resumos das comunicações a serem apresentadas em plenário deverão ser encaminhados à comissão organizadora até 31 de maio, impreterivelmente.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria da ANPUH, Caixa Postal 11.498 — S. Paulo — SP.

Exposições

O Solar de Grandjean de Montigny

Reinaugurado no dia 9 de outubro de 1980 o Solar de Grandjean de Montigny, construído pelo arquiteto, em 1816, para sua residência, logo após a instalação da Missão Artística Francesa no Brasil. Restaurado com a ajuda da Funarte, da Fundação Roberto Marinho, da SPHAN e da Seplan, o solar passou a funcionar como núcleo de atividades artísticas e animação cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A *Exposição Grandjean de Montigny e a Arquitetura do Rio de Janeiro*, montada pelo Departamento de Artes da PUC, responsável pelo novo centro cultural, inicia a série *Uma cidade em questão*, como parte da programação que visa fazer do solar um local permanente de eventos dinâmicos e até polêmicos.

As obras de recuperação duraram quase um ano e custaram aproximadamente 1 milhão e seiscentos mil cruzeiros.

Ainda dentro da série *Uma cidade em questão* estão programadas, para este ano, mais quatro mostras: a primeira sobre o início da industrialização no Brasil; outra sobre a Reforma Pereira

Passos; a reurbanização feita por Alfredo Agache será o tema da terceira e, por último, haverá exposição dedicada ao Rio contemporâneo.

O acervo do centro será formado gradativamente com o material acumulado nas pesquisas realizadas para cada atividade e com documentação dos próprios eventos.

Dos muitos projetos arquitetônicos e urbanísticos feitos por Grandjean de Montigny, no Rio de Janeiro, poucos foram executados. Entre eles podemos citar o antigo prédio do II Tribunal do Júri, praticamente esmagado pelo viaduto que liga a Praça XV à Candelária e cercado por estacionamentos. Da Academia Imperial de Belas-Artes inaugurada incompleta por Dom Pedro I, em 1823, e demolida em 1938, ironicamente em data próxima à da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, restam o frontispício, desmontado e reconstruído ao fundo da alameda principal do Jardim Botânico e um portão de ferro instalado, atualmente, numa das entradas laterais do Museu Histórico Nacional, onde, comido pela ferrugem, está condenado a terminar seus dias longe de sua moldura original.

Há ainda um chafariz erguido pelo arquiteto na antiga Praça Onze, e que foi transferido para a Praça Afonso Viçeu, no Alto da Boa Vista.



A fachada do solar da Gávea, com as escadarias.

Assim, o pouco que resta está à espera da salvação, que, se chegar, irá depender não apenas do despertar da consciência das autoridades competentes mas de vultosos recursos financeiros.

Origens e Expansão da Fotografia no Brasil

Origens e Expansão da Fotografia no Brasil foi o nome da mostra realizada pelo Núcleo de Fotografia da Funarte.

A exposição foi organizada por Boris Kossoy, diretor do Museu da Imagem e do Som de São Paulo e autor de livro com o mesmo título da mostra, que reúne 87 imagens representativas das diversas fases pelas quais passou a fotografia. Em destaque fotomontagens de autoria de Valério Vieira, cartões postais e reclames de remédios, fotos de Marc Ferrez feitas no dia da Proclamação da República, e de Augusto Riedel, as quais comprovam que o Rio das Velhas era navegável em 1868; Wischeal é o autor das fotos que mostram a devastação das matas do Paraná devido ao advento da indústria madeireira em 1910; Augusto Malta fotografou a Avenida Central, no Rio, e um anônimo documentou, através das lentes de sua câmera, o local onde caiu o meteorito Bendegó, em 1888.

Datado de 1840, um daguerreótipo feito pelo Abade Louis Compte mostra o Largo do Paço; um ferrotipo da segunda metade da década de 1860 apresenta um militar da guerra do Paraguai; *cartes de visite* de Joaquim Nabuco e de D. Pedro II e inúmeras outras imagens foram reunidas por Kossoy que afirma "a história da fotografia de um país está definitivamente ligada ao próprio curso histórico desse país, vínculo esse que jamais poderá ser dissociado".

Transformações de uma Cidade

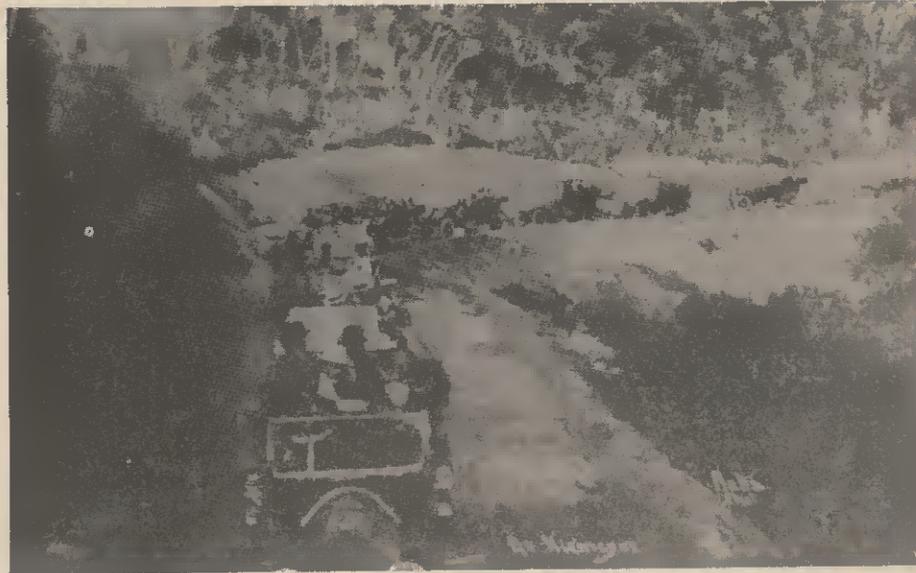
Em comemoração ao seu centenário, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro realizou, em dezembro de 1980, uma exposição fotográfica que denominou *Transformações de uma Cidade*.

A mostra reuniu cerca de 200 fotos, em sua maioria reproduções de Augusto César Malta, primeiro fotógrafo da Prefeitura, e de Hubner do Amaral, ao lado de alguns originais de Marc Ferrez.

O Rio de Janeiro, do período de 1880 a 1980, pôde ser admirado pelo público que compareceu à exposição realizada na sede do clube.

Segundo seus idealizadores, o principal objetivo foi suscitar uma discussão

"sobre o que se está fazendo com este país e com esta cidade", razão pela qual a comissão organizadora realizou mesa-redonda para analisar e debater as transformações sofridas pela cidade. Do evento participaram os urbanistas Durval Lobo, Hermínio Andrade, José de Oliveira Reis, Lia de Aquino Carvalho e Giovana Rosso del Breno.



Av. Niemeyer, em 1917, já com alguns dos problemas de trânsito que se agravaram posteriormente (foto de Malta).

Bonecas de Ontem

O Museu Histórico da Cidade realizou, durante os meses de novembro e dezembro de 1980, a exposição *Bonecas de Ontem*, com peças do século XIX e início do século XX.

No Brasil, as bonecas jamais foram expostas em museus, a exemplo do que acontece em outros países, onde elas formam importantes coleções, integrando acervos de museus igualmente importantes como o Metropolitan de Nova York. A Ciudad de los Niños, criada por Eva Perón, em La Plata, Argentina, tem o seu Museu de Bonecas, graciosa construção, em miniatura, que abriga belíssimos espécimes vindos de todas as partes do mundo, vestidas em trajes típicos, e que fazem o encanto da garotada e dos adultos que o visitam. Também os museus de Berlim, Praga, Nuremberg e Stuttgart reúnem coleções de bonecas anteriormente exibidas apenas em museus etnográficos.

Pela primeira vez o carioca teve a oportunidade de apreciar uma iniciativa desse gênero.

Mulheres do Ano

O Conselho Nacional de Mulheres do Brasil realizou, em 11 de dezembro, no Teatro Adolpho Bloch, homenagem às *Dez Mulheres do Ano-1980*, que mais trabalharam pela integração feminina no processo de desenvolvimento sócio-político-econômico do país.

Entre as homenageadas destacou-se Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, diretora-geral do Arquivo Nacional e chefe do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, pelo trabalho que vem realizando em prol da recuperação da memória nacional.

Os Autos da Devassa

Chegaram a Ouro Preto, a 27 de setembro de 1980, os cinco volumes referentes ao processo dos réus eclesiásticos implicados na Inconfidência Mineira, e que se achavam fora do país, por determinação de D. Maria I, desde 1792.

A documentação, recentemente arrebatada pelo governo brasileiro em leilão da Sotheby, de Londres, reúne os autos da devassa por que passaram os

padres Rolim, Toledo, José Lopes de Oliveira, Manoel Rodrigues da Costa e o cônego Luis Vieira.

A incorporação dos documentos ao acervo do Museu da Inconfidência, onde já se encontram os autos da condenação de Tiradentes, foi feita em solenidade pública.

Os autos foram conduzidos até o Museu, em bandejas de prata, por uma escolta dos Dragões da Inconfidência.

A entrega dos Autos da Devassa coincidiu com as comemorações da elevação da cidade à categoria de Patrimônio Mundial, iniciadas com missa solene, dentro da paraliturgia do século XVIII. Naquela ocasião, o Presidente Figueiredo enviou ao Governador Francelino Pereira mensagem que reproduzimos na íntegra:

"Regozijo-me com Vossa Excelência e com todo o povo mineiro pela entrega solene ao repositório das tradições de Ouro Preto dos *Autos Crimes Contra os Réus Eclesiásticos da Conspiração de Minas Gerais*, arrematados em leilão na Inglaterra pelo governo, através da SPHAN, e que há anos eram procurados por pesquisadores e historiadores brasileiros.

Além de testemunhar o enriquecimento do acervo documental da historiografia da Inconfidência Mineira, a solenidade de doação que ora se realiza em Vila Rica vem testemunhar o apreço das autoridades brasileiras pela valorização da memória nacional, buscando, com minúcias e carinho, engrandecer, cada vez mais as legítimas tradições cívicas do País.

As lições de patriotismo e amor à liberdade são apanágio da vida dos Inconfidentes, merecedores de serem consagrados por atos marcantes como este, que reafirmam o respeito das gerações de hoje, pelos que lutaram por uma pátria maior, próspera, justa e livre, e fizeram de Vila Rica berço de seus gestos heróicos.

Eventos como o de hoje me reanimam a reiterar minha esperança e minha crença nos mesmos ideais de liberdade e independência que se cultuam em Ouro Preto, junto ao panteon de nossos heróis.

Receba a valorosa gente mineira a expressão de todo o meu apreço e admiração — João Figueiredo."

Arquivos Particulares

Os arquivos do prof. Sobral Pinto estão sendo alvo de atenções especiais. Clovis Ramalhete, em carta enviada ao presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, propôs a formação de uma

equipe de arquivistas para organizar os arquivos Sobral Pinto.

A proposta foi aceita por tratar-se de um dos mais importantes acervos documentais sobre a história política brasileira.

Alguns dos documentos só serão liberados para pesquisa daqui a 10 ou 20 anos, por conterem informações sobre os mais dramáticos momentos da democracia no Brasil. Os demais terão o acesso franqueado ao público tão logo tenham recebido tratamento arquivístico adequado. Sobral Pinto, consultado sobre as intenções do IAB, mostrou-se favorável à reorganização da documentação que vem acumulando ao longo de sua brilhante carreira de jurista.

A Memória Musical Brasileira

O descaso a que tem sido relegada, até agora, uma das mais importantes facetas da cultura brasileira, sua música, parece finalmente, superado por iniciativa da Funarte. Vencidas inúmeras e difíceis etapas vem a público, e de forma concreta, o *Projeto Memória Musical Brasileira* — Promemus.

No dia 27 de novembro foram lançados os primeiros 15 LPs dedicados à difusão da música brasileira através da discografia.

Intenso trabalho de pesquisa foi desenvolvido por uma equipe chefiada pelo maestro e compositor Edino Krieger, secundado por Nestor de Hollanda Cavalcante para se alcançar a fase atual do Promemus.

A idéia inicial de recuperação, fixação e difusão de nossa música teve seus origens no programa *Música e Músicos do Brasil*, da Rádio MEC, e cujo acervo serviu de base às primeiras pesquisas. Desse acervo foram produzidos, pelas melhores técnicas disponíveis, os discos que, a partir do dia do lançamento, estão à venda por Cr\$ 300,00, na própria loja da Funarte. As capas obedecem a um projeto gráfico primoroso, desenvolvido com base em gravuras de instrumentos de uso dos negros e trabalhos de artistas do período colonial, tais como Debret, Chamberlain, Paula Nogueira e outros.

Os primeiros *longplays* integram a série *Documentos da Música Brasileira*, que se subdivide em *Músicas de Câmera do Brasil* e *Compositores dirigem suas obras*.

Está ainda nos planos da Funarte organizar, por intermédio de seu Centro de Documentação e Pesquisa, o Arquivo Central de Música Brasileira, bem como promover a impressão de partituras musicais.

Os primeiros discos lançados apresentam os seguintes compositores e artistas: Guerra Peixe, Camargo Guarnieri, Mignone, Glaucio Velasquez, Henrique Oswald, Newton Pádua, Nepomuceno, Iberê Gomes Grosso, Oscar Borgerth interpretando Villa-Lobos, Honorina Silva interpretando Barrozo Netto e Carlos Mesquita, Maura Moreira, Madrigal Renascentista e Quinteto Villa-Lobos.

Reescrevendo a História do Brasil

A partir de pesquisas e consultas feitas em documentos primários, o historiador Waldemar de Almeida Barbosa vem realizando um trabalho que ele próprio classifica como sendo o de "desfazer lendas e fantasias", onde procura modificar o ensino errado da História que vem sendo ministrado nas escolas primárias. Em palestra proferida durante uma das sessões do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Waldemar Barbosa afirmou, com base em seus estudos, que o poeta Cláudio Manoel da Costa não foi um inconfidente mas apenas um simpatizante da conspiração, e que não se suicidou na prisão, como é propalado, mas que foi assassinado. Disse, ainda, que a Inconfidência Mineira não foi um movimento de massa e sim elitista.

Autor de *A verdade sobre a História do Brasil* e de *A Verdade sobre a História de Belo Horizonte*, o historiador utilizou, sempre que possível, fontes primárias em seus levantamentos e pesquisas, ao passo que outros historiadores — e são suas essas palavras "limitaram-se apenas a copiar erros de outros".

Biblioteca do Ministério da Fazenda

Completou 37 anos de existência a Biblioteca do Ministério da Fazenda. Criada pelo Decreto-Lei nº 6.159, de 30 de dezembro de 1943, e instalada a 4 de janeiro do ano seguinte, teve como objetivo primeiro centralizar, no edifício-sede, no Rio de Janeiro, os acervos bibliográficos esparsos em diversos serviços e repartições fazendárias.

Numa área de 1.200 m², abrangendo três pavimentos, está localizado um acervo de cerca de 74.540 volumes, além de 4.308 folhetos e 355 títulos de periódicos especializados em Economia, Direito, Contabilidade, Finanças e Administração à disposição do público para empréstimos e consultas.

A Biblioteca possui ainda a coleção completa de Leis do Brasil, desde 1808,



e a de Diários Oficiais, datando de 1862, além de algumas obras raras entre as quais se destacam as Ordenações Filipinas, base de nosso Direito.

Seu funcionamento é de 2.ª a 6.ª-feira, no horário de 10 h às 17 h, Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1238, telefones: 240-1120 e 217-5060 PABX 3267.

Microfilmagem

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, vem se defrontando com sérios problemas na

Amazônia, no que diz respeito à distribuição de terras para dar prosseguimento ao Projeto Jari.

O Presidente do INCRA, Paulo Yokota, diz que uma das maiores dificuldades refere-se à concessão de terras, nas quais o cessionário faz uma série de exigências aos novos ocupantes, tais como o uso racional do terreno, a demarcação das terras e a produção agrícola. A regularização dessas doações torna-se, às vezes, um sério problema.

Várias medidas vêm sendo adotadas pelo Instituto visando evitar fraudes e outras irregularidades.

Entre essas medidas podemos mencionar a microfilmagem de todos os registros de terras existentes nos cartórios da Amazônia, a fim de evitar que livros com páginas deixadas em branco para serem preenchidas posteriormente por escrituras lavradas tenham validade legal.

Outra forma de adulteração que o uso do microfilme evitará é a ocorrida num livro que apresentou buracos de traças em todos os pontos onde havia números.

Verificação posterior concluiu que a mutilação havia sido intencional e fora executada por meios mecânicos.

RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AAB

Introdução

A Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1980 deu continuidade a sua programação de trabalho iniciada em maio de 1979.

Em consequência da regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e complementando solicitação feita, por ofício, em 1980, ao Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, foi constituído um grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de lei, criando os Conselhos Nacional e Regionais de Arquivologia, o qual será encaminhado ao Ministério no início de 1981.

Nos primeiros dias de janeiro a AAB enviou mensagens de congratulações ao governador e vice-governador do Estado de Alagoas pela sanção da Lei nº 4.116 de 17.12.79, que criou, no Quadro de Cargos Permanentes do Serviço Civil do Poder Executivo, as categorias funcionais de arquivista — NS 419 e de técnico de arquivo — NM 316B.

Integrando-se ao Programa Geral de Informação da Unesco que elabora projeto de normatização e estabelecimento de diretrizes básicas na área de arquivos, a Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT — constituiu, no mês de março, uma Comissão de Estudos de Arquivologia convocada pela prof.ª Irene de Menezes Dória, presidente do CB-14, composta por técnicos da área e membros da AAB, sob a presidência do prof. José Pedro Pinto Esposel. Inicialmente formou-se o grupo de trabalho sobre Terminologia Arquivística e Gestão de Documentos que está com suas tarefas bastante adiantadas. O grupo sobre Critérios de Avaliação já enviou questionário para levantar os dados ne-

cessários ao início dos estudos. O terceiro grupo, encarregado de estudar o tema Controle e Arranjo dos Documentos só no próximo ano iniciará seus trabalhos. As reuniões são quinzenais e têm lugar na sede da AAB.

Foi encaminhado expediente ao prof. José Carlos de Azevedo, reitor da Universidade de Brasília, invocando a urgente necessidade de criação de uma Escola de Arquivologia na capital federal, onde se acha instalada a máquina administrativa governamental, clamando pela imediata organização de seus arquivos.

Foi remetido à Divisão de Emprego e Salário da Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, ofício solicitando dados sobre os profissionais já registrados, com a finalidade de organizar o cadastro dos profissionais de Arquivologia. Apesar de reiterado interesse da AAB, não foi possível obter as necessárias informações.

A Seção Pesquisa de Salário-Guia de Mercado de Trabalho, de *O Globo*, encaminhou-se memorial prestando os esclarecimentos sobre as informações errôneas e distorcidas das atividades do profissional dos arquivos divulgadas, bem como sobre a formação do arquivista e do mercado de trabalho.

Ao *Jornal do Brasil* — Seção Carta do Leitor — redigiu-se memorial em veemente protesto às declarações do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Geraldo Starling, que, em entrevista, demonstrou total desconhecimento da importância dos arquivos e da formação do arquivista.

A fim de ser incluído na edição de 1981 do *Book Trade Information*, foi encaminhado expediente ao "Managing

Editor", confirmando o verbete referente à Associação dos Arquivistas Brasileiros.

Por solicitação do periódico *American Archivist* — *International Scene*, publicação oficial do National Archives and Records Service, de Washington, EUA, tem sido enviado, com regularidade, farto noticiário sobre o movimento arquivístico no Brasil.

Cumprindo determinações legais foram tomadas as seguintes providências: revalidação do Título Declaratório de Utilidade Pública da AAB para o exercício de 1980; revalidação do Título Declaratório de Regularidade de Situação junto à Previdência Social; renovação, por mais dois anos, a partir de novembro de 1980, do prazo de vigência da credencial concedida pelo Conselho Federal de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, certidão nº 715; pagamento da anuidade referente à filiação da AAB ao Conselho Internacional de Arquivos.

Cursos

Curso de Automação nos Arquivos

Em decorrência dos entendimentos mantidos desde 1978 com o chefe do Serviço de Informática dos Arquivos Nacionais da França, Ivan Cloulas, e a Embaixada Francesa, a AAB promoveu, de 24 a 28 de março, no auditório do Arquivo Nacional, uma série de palestras de alto nível técnico, proferidas por aquele especialista, focalizando a *Automação nos Arquivos*, que despertou grande interesse na área da informação.

Em 15 horas de palestras foram abordados vários temas pertinentes à Informática, tendo Cloulas apresentado vasto

material relativo a sistemas já implantados em vários órgãos da administração pública da França.

Entre os 29 assistentes estavam elementos da alta administração de instituições públicas, privadas e de economia mista como Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública do Paraná, EMAQ — Engenharia e Máquinas S.A., Petrobrás, Itaipu Binacional, Embrafilme e muitas outras, inclusive bolsistas da Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Nacional e Banco Itaú.

Curso de Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresa

Uma vez mais, a AAB fez realizar, de 26 a 30 de maio, no auditório do Arquivo Nacional, o seu já tradicional Curso de Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresa, o 8º da série, com o objetivo de oferecer a dirigentes e profissionais de administração e documentação informações sobre administração de documentos com a finalidade de atualizar os conhecimentos sobre princípios e técnicas de organização de arquivos.

Com a duração de 35 horas, contou com 29 participantes, entre os quais, três bolsistas. O curso foi ministrado pelo grupo de professores da AAB, José Pedro P. Esposel, Maria de Lourdes Costa e Souza, Marilena Leite Paes e Regina Alves Vieira e mais três convidados, os professores Edson Motta Filho, da área de Conservação e Restauração de Documentos, Antônio Erasmo Souza e Silva do Amaral, de O & M, e de Microfilmagem José Lázaro de Souza Rosa.

Curso de Editoração

O curso foi ministrado pelos professores Maria Alice Barroso, ex-diretora do Instituto Nacional do Livro e Emerson Rossi, experimentado técnico em editoração.

O curso realizou-se de 25 de agosto a 15 de setembro, também no auditório do Arquivo Nacional, num total de 30 horas, com participação de 45 inscrites, inclusive seis bolsistas.

A matéria despertou bastante interesse, não só dos arquivistas e bibliotecários mas também do pessoal ligado a firmas e editoras tais como Editora Inter-Americana, Editora Artanova, Cia. Editora Forense, Jornal do Brasil e outras, além de funcionários da Imprensa

Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do MEC/Fename/Prodêlivro.

Atuaram com palestras abrangendo aspectos especiais da editoração os técnicos Leodegário de Azevedo Filho, coordenador do Núcleo de Desenvolvimento do Livro-Prodêlivro, Ferdinando Bastos de Souza, ex-presidente e atualmente membro do Conselho Fiscal do Sindicato Nacional de Editores de Livros; João Jorge Novaes de Paula, gerente de Marketing de Livros Técnicos e Científicos Editora e Alfida Silva de Andrade, chefe da Seção de Contribuição Legal e responsável pelos assuntos da área de ISBN da Biblioteca Nacional.

Em razão do sucesso alcançado pelo curso, a AAB já o incluiu em sua programação de 1981.

O Microfilme e o Arquivo Moderno

Seguindo já uma tradição de alguns anos, mais um curso de Microfilmagem foi realizado no auditório do Arquivo Nacional, de 17 a 21 de novembro, em tempo integral, totalizando 35 horas, com a participação de 36 inscrites, sendo cinco bolsistas.

Uma vez mais o enfoque principal foi dado aos arquivos microfilmados, com abordagem dos professores José Lázaro de Souza Rosa e Maria de Lourdes Claro de Oliveira.

De acordo com a programação elaborada, antecedendo às aulas de microfilmagem foram feitas exposições sobre os aspectos tradicionais e essenciais das tarefas arquivísticas pelos professores José Pedro P. Esposel, Maria de Lourdes da Costa e Souza, Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani Marques.

Programação de Cursos para 1981

A AAB já tem preparada a sua próxima programação de cursos que, basicamente, é a seguinte: 9º Curso de Aperfeiçoamento em Organização de Arquivos de Empresa — 2.ª quinzena de março; O Microfilme e o Arquivo Moderno — 1.ª quinzena de maio; Curso sobre Resumo e Indexação — 1.ª quinzena de julho; Seminário sobre Elaboração de Códigos de Assuntos — 2.ª quinzena de agosto; Curso de Editoração — 2.ª quinzena de outubro.

A AAB manteve contatos com o arquivista Rolf Nagel, do Arquivo de Düsseldorf, Alemanha, para ministrar curso sobre temas arquivísticos, em lín-

gua portuguesa, com o auxílio financeiro do governo alemão.

Cursos Profissionalizantes de 2.º Grau

Tiveram continuidade os contatos com a Subsecretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Coordenadoria de Ensino de 2º grau.

A presidente da AAB e a prof.ª Maria de Lourdes da Costa e Souza estiveram presentes a reuniões de esclarecimentos para a implantação do ensino de Arquivística, já agora como estudo de pós 2.º grau, com complementação em um ano.

Os primeiros contatos foram com as professoras Sílvia Regina Saião Mendes e Cora Rachid, seguindo-se os entendimentos com os coordenadores Rossi e Maria Lígia.

Em 21 de maio recebemos do Conselho Estadual de Educação o ofício nº 429, nos seguintes termos: "Senhora Presidente. A respeito da proposta apresentada por Vossa Senhoria a este Conselho, relativamente à inclusão nos programas dos colégios oficiais da habilitação de técnico de arquivo, devo informar que, ouvida a Câmara de Ensino de 2º grau, foi a mesma submetida à consideração dos órgãos competentes da Secretaria de Estado de Educação e Cultura que se manifestaram favoráveis à implantação da citada modalidade de ensino profissionalizante, nas unidades escolares detentoras das condições indispensáveis. Sirvo-me da oportunidade para apresentar-lhe protestos de estima e consideração. Joaquim Cardoso Lemos, vice-presidente".

Assistência Técnica

Ministério das Relações Exteriores

Face aos bons resultados obtidos com o desenvolvimento do trabalho de levantamento das fontes primárias da História Diplomática Brasileira na Bahia do Prata e no preparo dos instrumentos de pesquisa do acervo documental do Arquivo Histórico do Itamaraty, o MRE prorrogou o contrato de prestação de serviços iniciado em 29.4.1977.

Companhia Siderúrgica Nacional

Em decorrência do contrato de prestação de serviços entre a AAB e a CSN assinado em 19.11.1979 para organização dos Serviços de Comunicações assim

como dos arquivos de diversos setores, em 18.1.1980 foi apresentado minucioso relatório por Maria de Lourdes da Costa e Souza, responsável pelos trabalhos técnicos da AAB.

Em seu trabalho de análise foram destacadas e registradas observações que englobaram estudos e recomendações em torno da situação atual, definição dos principais problemas, estrutura organizacional, seleção, avaliação, eliminação, preservação, normas e rotinas, espaço físico e pessoal.

Em 2 de abril apresentamos proposta, que foi aceita, para a implantação do Plano de Organização dos Arquivos.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Foi realizado nos meses de fevereiro e março, a pedido da CPRM, um levantamento da situação dos seus arquivos, análise da documentação e das normas referentes ao acervo documental com vistas a um plano de reorganização daqueles serviços.

Com o término da fase inicial de levantamento da situação existente, e, atendendo às sugestões constantes do relatório apresentado, a CPRM contratou, em agosto, os serviços de assistência técnica da AAB, a cargo de Maria de Lourdes da Costa e Souza para implantação do novo Plano de Organização do Arquivo.

Os trabalhos vêm sendo executados em estreita colaboração com funcionários da própria empresa.

Instituições Diversas

A AAB foi solicitada pela chefe do Arquivo Geral da Prefeitura de Aracaju, Maria José Tenório da Silva, a dar parecer técnico sobre o arranjo dos documentos recolhidos.

De passagem por Aracaju, onde fora ministrado Curso de Organização de Arquivos para a Fundação Mudes, a presidente da AAB teve então, contato pessoal com Maria José.

Angela Benevides de Sousa, responsável pelo arquivo da Patrimônio — Associação de Poupança e Empréstimo Fluminense, também procurou a AAB com o fim de receber orientação de como reorganizar seu arquivo.

Produção Editorial

Arquivo & Administração

Como fruto dos esforços da equipe encarregada de sua publicação, nossa re-

vista, que, no início do ano, sofreu algum atraso em sua edição, pôde sair em dia no mês de dezembro, trazendo farto e útil noticiário não só da área arquivística nacional como da internacional.

Apesar da grande preocupação com os altíssimos preços de sua impressão, *Arquivo & Administração* ainda está sendo oferecida gratuitamente aos nossos associados.

Em razão da brutal elevação dos custos editoriais, do preço do papel, das tarifas postais e das constantes variações na política salarial do governo, e, tendo em vista a destacada citação de nosso órgão divulgador no periódico da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq — Avaliação e Perspectiva, v. 2, ano de 1978, a AAB solicitou auxílio financeiro para sua publicação. No próximo mês de fevereiro obteremos a resposta, quando serão julgadas tais solicitações.

Anais do 4.º Congresso de Arquivologia

Com o auxílio recebido do CNPq, foi constituído grupo de trabalho, sob a liderança de Maria Amélia Gomes Leite e Eloísa Helena Riani Marques para efetuar o preparo dos originais dos Anais do 4º CBA. A produção editorial coube a Edições Achiamé Ltda.

Com o término dos trabalhos de composição e arte-final, e, para concretizar a impressão, recorreremos a Otaciano Nogueira, diretor-geral do Departamento de Imprensa Nacional, a quem, de acordo com promessa feita quando da realização do 4º CBA, solicitamos verba para a impressão de 2.000 exemplares, além do fornecimento do papel.

Infelizmente, com a sua saída da direção do DIN, a promessa não pôde se concretizar.

Índice de Arquivo & Administração

Como publicação comemorativa dos 10 anos de criação da AAB, o que ocorrerá a 20 de outubro de 1981, está sendo preparado o índice de *Arquivo & Administração*, que sairá em número especial no mês de outubro de 1981. Os trabalhos vêm sendo executados por Jayme Antunes da Silva, Maria Amélia Gomes Leite, Celina de Jesus Coelho e Maria Odila Kahl Fonseca.

Congressos. Seminários. Reuniões

IX Congresso Internacional de Arquivos

Estiveram em Londres, no período de 15 a 19 de setembro, representando a AAB, o presidente do Conselho Deliberativo, José Pedro Pinto Esposel e a diretora do Núcleo de São Paulo, Heloísa Liberalli Bellotto e, em nome do Núcleo de Brasília, Nilza Teixeira Soares.

1.º Seminário Regional de Administração Documental e Informática

Promovido pela Associação Rio-Grandense de Arquivistas e Instituto Brasileiro de Tecnologia Micrográfica, o seminário realizou-se em Porto Alegre no período de 28 a 30 de abril. A AAB fez-se representar por Helena Corrêa Machado.

5.ª Convenção Nacional do Microfilme

A AAB participou da Convenção, que se realizou em Brasília, de 8 a 15 de junho, tendo como porta-voz, José Esposel.

Congresso Latino-Americano de Micrográfica

O evento realizou-se em São Paulo, de 23 a 27 de junho e a AAB esteve presente também na pessoa de José Esposel.

1.º Encontro de Profissionais Graduação em Arquivologia

Promovido pela Associação dos Graduados em Arquivologia do Rio de Janeiro — AGARJ, realizou-se o Encontro no auditório do Ministério da Fazenda, de 14 a 18 de julho. Ainda como representante da AAB esteve presente à sessão de abertura José Pedro Esposel.

Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos

Organizado sob os auspícios do Conselho Internacional de Arquivos, Associação Latino-Americana de Arquivos e Arquivo Nacional, o encontro realizou-se no salão de conferências da Biblioteca do Palácio Itamaraty, de 5 a 8 de agosto, com a participação de representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Espanha, França

e Estados Unidos. Além de arquivistas de renome participaram representantes de diversas instituições arquivísticas, culturais e educacionais.

A AAB foi representada por Regina Alves Vieira e José Pedro Pinto Espo- sel e o Arquivo Nacional pela diretora- geral, Celina do Amaral Peixoto Morei- ra Franco.

I Encontro Latino-Americano de Estudantes de Arquivologia

Estiveram presentes ao evento, que se realizou na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, de 28 a 31 de outubro, os representantes da AAB, José Pedro P. Espo- sel e Astréa de Moraes e Castro, em nome do Nú- cleo de Brasília.

5.º Congresso Brasileiro de Arquivologia

O 5º CBA será realizado no Rio de Janeiro, de 17 a 22 de outubro de 1982.

Como tema geral foi escolhido "Os Arquivos na realidade brasileira". As sessões plenárias enfocarão os arquivos federais, estaduais, municipais, institucionais, empresariais e pessoais. Estão também previstos seminários sobre Ar- ranjo e Descrição e o 3º de Fontes Pri- márias para a História do Brasil.

Comemorações. Solenidades

Dia do Arquivista

A data foi comemorada no dia 20 de outubro com sessão solene no auditório do Arquivo Nacional: A presidente da AAB saudou os arquivistas e relatou as atividades e reivindicações da classe durante 1980. Maria Angelo Lagrange fez também breve saudação.

Como convidada especial, Célia Ca- margo De Simone, pesquisadora da Fun- dação Getúlio Vargas, pronunciou pa- lestra sobre o "O espaço social e cul- tural do arquivista".

Compareceram ao ato, membros da diretoria da AAB, associados, arquivistas representantes de órgãos públicos e pri- vados, tais como Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Var- gas, Fundação Casa de Rui Barbosa e Associação dos Graduados em Arquivo- logia do Rio de Janeiro.

10.º Aniversário da AAB

Além do índice de *Arquivo & Admi- nistração* está sendo planejada sessão

solene para o dia 20 de outubro se- guida de um jantar de confraternização, exposições comemorativas nos arquivos brasileiros, programação especial nos núcleos regionais, confecção de carta- zes, carimbo e selo postal alusivos à data, carimbo com logotipo a ser aposto na correspondência, propaganda em jor- nais, revistas, rádio e filmes nos cine- mas e televisões, e, possivelmente, um leilão de obras de arte, a ser realizado com a colaboração da prof.ª Ismênia de Lima Martins, da Universidade Federal Fluminense.

Visitas de Especialistas Estrangeiros

Técnico da França

Em março tivemos a visita de M. Ivan Cloulas, chefe do Serviço de Informá- tica dos Arquivos Nacionais da França que, além do Curso de Automação nos Arquivos, na semana de 24 a 28, foi convidado a visitar diversos órgãos, a saber: Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas (Arquivo Central e CPDOC), Fundação Casa de Rui Bar- bosa, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Museu Imperial de Petró- polis.

Antes de chegar ao Rio, M. Cloulas esteve em Brasília a convite do Núcleo Regional da AAB, onde fez uma série de palestras, visitou o Pré-Arquivo do Ar- quivo Nacional e os Arquivos do Sena- do e da Câmara Federal.

Ainda sob os auspícios da Associa- ção, Cloulas fez visitas técnicas nos Arquivos Estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Técnica da Espanha

De passagem para a Argentina, onde ministraria curso na Universidade de Córdoba, a convite da OEA, esteve no Rio de Janeiro, de 5 a 9 de julho, a prof.ª Carmen Crespo Nogueira, dire- tora do Centro Nacional de Microfilme e Restauração de Livros e Documentos da Espanha e presidente do Comitê de Mi- crofilme do Conselho Internacional de Arquivos.

A AAB esteve em constante contato com a professora proporcionando-lhe as apresentações técnicas necessárias na área de restauração de documentos.

Secretaria Executiva

Registraram-se 87 novos sócios. Além dos trabalhos rotineiros, foram destaca-

dos o controle da circulação e distribui- ção de *Arq. & Adm.*, distribuição dos programas e coordenação das atividades didáticas e culturais; o preparo de ma- téria para divulgação pela imprensa; e visitas às instituições que solicitaram assistência técnica.

A Secretaria tem sido procurada fre- quentemente para consultas à coleção de *Arq. & Adm.* para trabalhos univer- sitários.

Com o crescimento das atividades, tornou-se necessária a reorganização dos arquivos e para tanto solicitamos e fo- mos atendidos pela Kartro com a doação de 300 pastas suspensas.

Núcleos Regionais

Maceió

Com raízes no 4º CBA, em meados de 1980, um grupo de profissionais de ar- quivo solicitou autorização para insta- lar em Maceió mais um Núcleo da AAB, cuja diretoria ficou assim consti- tuída: presidente, Geraldo da Silva Fi- lho, do Arquivo Central do Centro de Ciências Exatas e Naturais da Cidade Universitária; secretário, Dorgival de Oliveira e Santos, do Banco do Estado de Alagoas; tesoureiro, José Alves da Silva Sobrinho, da Secretaria de Admi- nistração.

Belém

O Núcleo do Pará desde 1979 está praticamente paralisado.

Brasília

Este Núcleo, cumprindo a programação prevista, realizou seis cursos a saber: Organização de Arquivos para Secretá- rias e Técnicos de Arquivo (março e agosto); Automação nos Arquivos, com o prof. francês Ivan Cloulas (abril); Pla- nejamento e Organização de Arquivos (junho); O Microfilme e o Arquivo Mo- derno (outubro); e Planejamento e Or- ganização de Arquivos (novembro).

Encarregaram-se das aulas os profes- sores Astréa de Moraes e Castro, dire- tora do Núcleo, Nilza Teixeira Soares, diretora da Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados, Elisabeth An- drade Pinto, arquivista-chefe da Classi- ficação do Itamaraty, José Lázaro de Souza Rosa e Maria de Lourdes. Claro de Oliveira.

Participaram funcionários do Proda- sen (Senado Federal), Ministérios da Fazenda, Justiça, Transportes, Presidên-

cia da República, Banco do Brasil, Siderbrás (Siderúrgica Brasileira S.A.), IBM, Eletronorte, Funai, Tribunal Federal de Recursos, Câmara dos Deputados, Seplan (Secretaria de Planejamento-PR), EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) e Fundação Educacional (MEC).

Foram ainda realizados painéis, foros, conferências, reuniões com debates e participação em seminários e encontros. O Dia do Arquivista foi comemorado com um painel de debates.

Articulando-se com entidades públicas, realizaram-se planos, programas, projetos e trabalhos na área de arquivo e foi também convidado pela Delegacia Regional do Trabalho para participar do processo de provisionamento de arquivistas e técnicos de arquivo.

Foi ainda registrada a entrada de 53 novos sócios.

Vitória

Em razão do pequeno número de associados, as atividades do Núcleo do Espírito Santo foram bastante reduzidas.

Santa Maria

O Núcleo do Rio Grande do Sul foi desativado no início de 1980.

São Paulo

Devido à impossibilidade de continuar a dirigir o Núcleo em razão dos inúmeros afazeres à frente da Divisão de Arquivo do Estado e na Universidade de São Paulo, José Sebastião Witter solicitou dispensa do cargo.

Foi então designada Heloisa Liberalli Bellotto, pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros e professora de Arquivística da Escola de Comunicações e Artes da USP.

Por ser membro da Coordenação de Restauração de Livros e Documentos do Estado de São Paulo — Coorlidosp, a diretora do Núcleo pôde participar de dois cursos ministrados por aquele órgão em 1980. O primeiro sobre Conservação Documental, de 20 de março a 22 de abril, compreendendo 30 horas, no Museu Paulista da USP. O segundo sobre Restauração de Livros, de 24 a 27 de novembro, ministrado por Gilda Lefèbvre, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Heloisa Bellotto participou ainda do Colóquio sobre a Profissão dos Arquivistas Latino-Americanos, no Rio de Janeiro e do IX Congresso Internacional de Arquivos, em Londres.

BALANÇO GERAL

1980

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

JANEIRO A DEZEMBRO DE 1980

Contas	Débito	Crédito	S/devedor	S/credor
01 — Contribuições de associados	—	150.420,00	—	150.420,00
02 — Receita de cursos	—	672.150,00	—	672.150,00
03 — Contribuições p/cursos	—	17.000,00	—	17.000,00
04 — Banco do Estado M. Gerais	1.714.890,37	1.558.270,29	156.620,08	—
05 — Banco do Brasil	174.206,00	174.325,00	—	119,00
06 — Banco do Estado do Rio	7.051,18	1.669,00	5.382,18	—
07 — Taxas	3.648,00	—	3.648,00	—
08 — Contas correntes	39.000,00	91.162,30	—	52.162,30
09 — Contribuição sindical	687,17	687,17	—	—
10 — Contribuições p/publicações	—	14.185,00	—	14.185,00
11 — Rendas diversas	—	7.051,18	—	7.051,18
12 — Imposto de renda na fonte	21.746,00	21.746,00	—	—
13 — Previdência Social	94.227,20	25.121,22	69.105,98	—
14 — Prog. de Int. Social — PIS	2.407,28	—	2.407,28	—
15 — Imposto s/serviços	35.071,09	1.463,59	33.607,50	—
16 — Obrigações a pagar	—	19.384,74	—	19.384,74
17 — Rendas de Congresso	—	400.000,00	—	400.000,00
18 — Contribuições de int. público	—	539.776,00	—	539.776,00
19 — Despesas de condução	3.508,00	—	3.508,00	—
20 — Despesas de publ. periódicos	464.516,00	—	464.516,00	—
21 — Despesas de publ. de anúncios	7.500,00	—	7.500,00	—
22 — Correspondência	27.065,41	—	27.065,41	—
23 — Despesas de cursos	257.657,66	—	257.657,66	—
24 — Despesas gerais	36.000,89	—	36.000,89	—
25 — Transferência de recursos	28.860,00	—	28.860,00	—
26 — Material de expediente	20.131,70	—	20.131,70	—
27 — Despesas bancárias	136,00	—	136,00	—
28 — Indenizações trabalhistas	9.297,48	—	9.297,48	—
29 — Investimentos	162.498,00	—	162.498,00	—
30 — Rendas de investimentos	—	108.967,14	—	108.967,14
31 — Salário	282.464,78	—	282.464,78	—
32 — 13.º salário	33.383,58	—	33.383,58	—
33 — Férias	4.139,60	—	4.139,60	—
34 — Prestação de serviços	179.271,92	—	179.271,92	—
35 — Honorários	58.314,80	—	58.314,80	—
36 — Tributos a recolher	52.214,58	—	52.214,58	—
37 — Fundo de Garantia — FGTS	25.267,67	827,58	24.440,29	—
38 — Desp. c/cont. a entidades	6.024,00	—	6.024,00	—
39 — Despesas c/viagem	8.122,00	—	8.122,00	—
40 — Despesas c/releições	28.835,00	—	28.835,00	—
41 — Despesas c/transportes	180,00	—	180,00	—
42 — Caixa	2.886.064,71	2.870.182,06	15.882,65	—
Total	6.674.388,27	6.674.388,27	1.981.215,36	1.981.215,36

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1980

Almir de Amorim Machado, Contador, CRC — 11.705-2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

1980

RECEITAS

01 — Contribuições de associados	150.420,00	
02 — Receita de cursos	672.150,00	
03 — Contribuições p/cursos	17.000,00	
04 — Contribuições p/publicações	14.185,00	
05 — Rendas diversas	7.051,18	
06 — Rendas de Congresso	400.000,00	
07 — Contribuições de ent. públicas	539.778,00	
08 — Rendas de investimentos	108.967,14	1.909.549,32
		<hr/>

DESPESAS

01 — Taxas	3.648,00	
02 — Previdência social	69.105,98	
03 — Prog. Int. Social — PIS	2.407,28	
04 — Imposto S/Serviços	33.807,50	
05 — Despesas c/condução	3.508,00	
06 — Desp. c/pub. periódicos	464.516,00	
07 — Desp. c/pub. de anúncios	7.500,00	
08 — Correspondência	27.065,41	
09 — Despesas c/cursos	257.657,68	
10 — Despesas gerais	36.000,89	
11 — Transf. de recursos	28.860,00	
12 — Material de expediente	20.131,70	
13 — Despesas bancárias	136,00	
14 — Indenizações trabalhistas	9.297,48	
15 — Salário	282.464,78	
16 — 13.º salário	33.383,58	
17 — Férias	4.139,60	
18 — Prestação de serviços	179.271,92	
19 — Honorários	58.314,80	
20 — Fundo de garantia	24.440,29	
21 — Despesas c/entidades	6.024,00	
22 — Despesas c/viagem	8.122,00	
23 — Despesas c/refeições	28.835,00	
24 — Despesas c/transportes	180,00	1.588.617,87
		<hr/>
Variação patrimonial	320.931,45	1.909.549,32
		<hr/>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1980

Aimr de Amorim Machado, Contador, CRC — 11.705-2

ATIVO

DISPONÍVEL

01 — Caixa	16.867,08	
02 — Bancos		
Banco do Brasil	98.868,78	
Banco do Est. M. Gerais	160.722,51	
Banco do Est. do Rio	15.741,18	275.332,47
		<hr/>
		292.219,53

REALIZÁVEL

01 — Investimentos	312.498,00	
02 — Contas-correntes	39.000,00	351.498,00
		<hr/>

IMOBILIZADO

01 — Móveis e utensílios	7.000,00	650.717,53
		<hr/>

PASSIVO

EXIGÍVEL

01 — Obrigações a pagar		
Previdência Social — IAPAS	12.026,08	
Fundo de Garantia — FGTS	4.391,95	
Prog. de Int. Social — PIS	226,73	
Imposto de Renda R. Fonte	1.690,00	
Imposto sobre serviços	1.050,00	19.384,74
		<hr/>

NÃO-EXIGÍVEL

01 — Patrimônio social	631.332,79	650.717,53
		<hr/>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1980

Aimr de Amorim Machado, Contador, CRC — 11.705-2

Outros Núcleos Regionais

Em Salvador, Bahia, é grande o número de profissionais da área de Arquivologia interessados na criação de um núcleo regional.

Os entendimentos vêm sendo mantidos com Maria José Rabello de Freitas encarregada da arregimentação dos futuros associados.

Conclusões

No decorrer de 1980, a AAB deu continuidade às metas traçadas em defesa do profissional da Arquivologia e dos arquivos.

Por ser o último relatório da gestão 1979-1981 procuramos elaborá-lo um pouco mais detalhado para que possa servir de subsídio à nova diretoria.

A trilha foi trabalhosa e às vezes árdua, mas o ideal nos deu forças para enfrentá-la sempre com entusiasmo, dando continuidade ou conquistando pouco a pouco as necessárias e tão esperadas reivindicações de nossa abnegada e injustiçada classe.

Sentimos em especial não termos ainda conseguido implantar os cursos profissionalizantes de técnico de arquivo, em nível de 2º grau nos colégios oficiais, mas resta-nos a satisfação de ter conseguido junto à Secretaria de Estado de Educação e Cultura a sua inclusão nos programas das unidades escolares detentoras das condições indispensáveis.

O primeiro degrau foi vencido, mas ainda é necessário muito trabalho para que o topo seja atingido.

Finalizando, os nossos sinceros agradecimentos aos que nos auxiliaram nessa caminhada, a todos os membros da diretoria, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da editoração de *Arquivo & Administração*, dos Núcleos, da Secretaria, aos associados sempre atentos, aos amigos que atuaram em outras gestões e que, sempre com uma palavra de amizade, nos encorajaram para que pudéssemos levar avante nossa missão.

O nosso agradecimento especial ao presidente da Fundação Getúlio Vargas, Luiz Simões Lopes, que nos acolhe com simpatia em suas dependências, e ao Arquivo Nacional, na pessoa do seu ex-diretor-geral Raul do Rêgo Lima e da atual diretora Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, sempre solícitos todas as vezes em que necessitamos do auditório para nossas solenidade e cursos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1981
Regina Alves Vieira, Presidente

O Espaço Profissional do Arquivista

Nos últimos meses os arquivos, as bibliotecas e os museus vêm ocupando, com freqüência, as páginas dos jornais e demais órgãos de divulgação, demonstrando, senão o real despertar de uma consciência arquivística nacional, pelo menos uma certa preocupação com a tão decantada memória nacional, expressão que, pela sua imponência, começa a se transformar em moda semântica, principalmente no vocabulário daqueles que, sem habilitação profissional específica, vêm ocupando altos cargos de direção de órgãos de documentação.

Paradoxalmente contrapondo-se a este exacerbado interesse, verifica-se que ainda persistem antigos preconceitos quanto ao exercício das atividades arquivísticas, em geral consideradas tarefas de segunda ordem.

Esquece-se a maioria de que os arquivos de hoje, servindo aparentemente apenas às necessidades imediatas das administrações ou respondendo a questões objetivas dos administradores, são os arquivos históricos do futuro. Esquecem-se sobretudo de que da boa ou má qualidade da organização desses arquivos em formação dependerá o valor dos acervos documentais para a pesquisa sócio-econômico-política e cultural brasileira.

Entretanto, salvo raríssimas exceções, a figura ímpar dos arquivistas — os verdadeiros guardiães e ordenadores da memória pátria — resta esquecida na solidão das galerias e dos depósitos de documentos.

As mesmas vozes que bradam a sua indignação diante da destruição irracional das provas de nossas tradições — sejam elas escritas, sonoras ou registradas sob outra forma qualquer de suporte — silenciam no momento de pugnar pela formação de especialistas na quantidade e com a qualificação que seriam desejáveis para fazer face ao riquíssimo patrimônio arquivístico da Nação.

Assim, devemos elevar nossas vozes para dizer "presente" em todas as ocasiões em que os problemas de arquivo estiverem sendo estudados ou debatidos e ocupar o espaço profissional que existe entre a documentação e os usuários.

Cabe pois a nós, arquivistas, conquistar, não apenas por força da lei que regulamentou nossa profissão, mas sobretudo, pela nossa competência profissional, nossa capacidade de trabalho, nosso idealismo e até mesmo uma certa dose de santa loucura, o lugar que nos pertence na atual conjuntura sócio-cultural de nossa sociedade.

Marilena Leite Paes

Declaración de Principios

de la Primera Reunión Interamericana sobre Archivos

Los documentos, públicos o privados, son la fuente informativa primaria sobre el desarrollo económico, político y social de una nación, y constituyen por lo mismo una parte inapreciable de su patrimonio cultural.

Los documentos públicos son propiedad del pueblo, y por delegación del pueblo los administra el gobierno. No pueden ser extraídos de la custodia archivística por nadie, y cuando se hacen superfluos sí se podrán ser eliminados con aprobación de las autoridades archivísticas.

Los archivos son las instituciones específicamente previstas para la conservación, organización y servicio eficaz y económico de los documentos, una vez que éstos han cumplido su función activa.

Los archivos, en consecuencia, cumplen una misión indispensable en toda sociedad, y ninguna otra institución puede subrogarlos en esa misión.

Los archiveros son los profesionales directamente encargados de hacer posible el cumplimiento de los propósitos de conservación, organización y servicio de los documentos públicos y privados en los archivos.

Los archiveros tienen el deber de cumplir este encargo en forma responsable, no ateniéndose a preferencias personales sino de acuerdo con las definiciones y técnicas objetivas de la profesión archivística.

Los gobiernos tienen, para con los archivos, el deber de dotarlos de todos los medios necesarios para el pleno de su función específica.

Los gobiernos tienen, para con los archiveros, el deber de proveer a su formación y dignificación profesional, acordándoles un tratamiento conforme con la misión que desempeñan en la sociedad.

Los pueblos tienen el deber de exigir a los gobiernos, a los archivos y a los archiveros el cumplimiento de sus funciones conducentes a la conservación, organización y servicio del patrimonio documental, y a prestarles todo apoyo para que esas funciones se cumplan eficazmente.

(The following section contains numerous handwritten signatures of delegates from various countries, including the United States, Chile, Argentina, and others, arranged in several rows.)

Washington D. C., 26 de octubre de 1961.

Fa
Ar
v.
ja